

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica – Sintra 2030

Andreia Raquel da Silva Rocha

Relatório de estágio orientado pela Professora Doutora Margarida Queirós

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Especialidade em Ordenamento
do Território e Urbanismo

2018

Universidade de Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



Uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica – Sintra 2030

Andreia Raquel da Silva Rocha

Relatório de estágio orientado pela Professora Doutora Margarida Queirós

Júri:

Presidente: Professor Doutor Eduardo Manuel Dias Brito Henriques do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Professora Doutora Margarida de Araújo Abreu Vilar de Queirós do Vale do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
- Professor Doutor Carlos Manuel Baptista Cardoso Ferreira da Universidade de Coimbra

2018

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Margarida Queirós, pelas suas palavras de incentivo e por toda o apoio que me deu ao longo deste trabalho.

De seguida, agradecer aos meus pais pela força, carinho e compreensão nos momentos mais difíceis.

Ao meu namorado, por todo o apoio que me deu durante a realização deste trabalho. Obrigado por acreditares sempre mim e pela paciência.

Às minhas queridas amigas, pela força e incentivo.

Ao professor Jorge Rocha, pela ajuda preciosa na realização dos mapas.

Ao Gabinete do Património Cultural da CMS, que me acolheu para a realização do estágio, nomeadamente à Arquiteta Maria Manuel Albino que me ajudou ao longo deste percurso.

Resumo

O estágio realizado na Câmara Municipal de Sintra, no Gabinete do Património Mundial de Sintra – Paisagem Cultural de Sintra, inseriu-se no projeto “Uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica – Sintra 2030”.

Sintra foi a primeira Paisagem Cultural na Europa, uma categoria do Património Mundial criada pela UNESCO. O Município de Sintra desfruta de uma imensa riqueza patrimonial, cultural e natural de valor excepcional que valoriza a sua identidade e também a sua atratividade, tendo em conta a preservação do ambiente, para um crescimento económico sustentável.

Em resultado deste estatuto atribuído pela UNESCO, Sintra goza de uma condição privilegiada, pela riqueza dos seus palácios, fortes, miradouros, museus e igrejas, entre outros, mas também pela serra que se estende ao oceano atlântico. Existe, todavia, um “outro lado” de Sintra (conhecido como, zona de transição), de pequenos aglomerados populacionais que representam o mundo rural ameaçado e esquecido, que é necessário dar a conhecer e, com isso, aumentar o seu potencial económico, social e ambiental.

O desenvolvimento da zona de transição, no espaço rural, dinamizando e articulando o lazer e o turismo, irá contribuir para que o concelho possua uma oferta mais diversificada e que cative não só turistas, mas também residentes e investidores. Esse potencial alicerça-se sobretudo na valorização da Natureza, nas dimensões do mar, praias, sol e biodiversidade.

Com efeito, é notória a presença de ofertas culturais, gastronómicas e paisagísticas neste território, contudo pouco valorizadas. De tal maneira que é pertinente promover projetos que permitam a valorização e integração destas dimensões. Neste contexto, o estágio procurou desenvolver uma proposta de um projeto de rotas para o turismo da zona de transição, tendo por base o turismo sustentável ligado ao mar e natureza, pelas características específicas deste território.

De forma a identificar os elementos essenciais para maximizar o potencial patrimonial construído e natural da área em estudo, o objetivo deste trabalho propõe uma estratégia para a zona de transição de Sintra.

A estratégia encontrada propõe a dinamização de ofertas que estimulem a economia local, garantindo o desenvolvimento integrado nesta área classificada do Património Mundial.

Palavras-chaves: Desenvolvimento sustentável; património; Zona de transição, turismo, Sintra.

Abstract

A proposal for *social-geographic sustainability - Sintra 2030* is a project introduced at Câmara Municipal de Sintra, in the *Gabinete do Património Mundial de Sintra – Paisagem Cultural de Sintra*. Sintra was the first Cultural Landscape in Europe, a World Heritage category created by UNESCO.

Sintra enjoys a cultural and natural wealth of exceptional value, an immense heritage that values its identity and attractiveness, always taking environment preservation into account, so economic growth can be sustainable.

As a result, from this status provided by UNESCO, Sintra is a privileged municipality, not only by the richness of its palaces, forts, belvederes, museums and churches, among other monuments, but also by the mountain range that extends to the Atlantic Ocean. There is, however, a lesser known side of Sintra (zone of transition) - small population clusters that represent the threatened and forgotten rural world - that needs to be acknowledged so it can develop and increase its economic, social and environmental potential.

The development in the rural area will contribute to the county having a more diversified offer and captivating not only tourists but also residents and investors, by stimulating and articulating leisure and tourism. This potential is mainly based on nature enjoyment, on the dimensions of the sea, beaches and biodiversity.

In fact, the presence of cultural, gastronomic, landscaping and nature resources in these territories is notorious, but they are little known or appreciated. In such a way that it is pertinent to promote tourism supply projects that allow the integration of these dimensions. In this context, the internship sought to develop a proposal for a route project, dedicated to tourism in this region, based on sustainable tourism, related to the sea and nature, the specific characteristics of this territory.

This work is justified with this purpose and its main objective is to recommend a strategy to Sintra's zone of transition, in order to identify the essential elements to maximize the natural and constructed patrimonial potential in the area under study.

Keywords: Sustainable development; patrimony; Zone of transition, tourism, Sintra.

Índice

Índice de Figuras	9
Índice de Quadros	10
Acrónimos	11
1. Introdução	
1.1 – Pertinência do tema	13
1.2 – Questões de investigação	13
1.3 - Objetivos da investigação	14
1.4 – Área de estudo	15
1.5 - Instituição de acolhimento: Gabinete do Património Mundial de Sintra	18
1.5.1 Objetivos do estágio	18
1.5.2 Metodologia do trabalho desenvolvido no gabinete	21
2. Enquadramento teórico: dos conceitos às políticas com vista à construção de uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica	23
2.1 – Perspetiva histórica do conceito de Desenvolvimento Sustentável	23
2.2 – Desenvolvimento sustentável e Áreas Protegidas	27
2.3 – Desenvolvimento sustentável do Turismo	31
2.4 – Orientações estratégicas para a sustentabilidade do território:	35
2.4.1 Instrumentos de Política Comunitária em matéria de turismo	35
2.4.2 Instrumentos de Política	36
2.5 – Paisagem Cultural e Património	41
3. Caracterização do Concelho de Sintra e o seu contexto na AML	43
3.1 – Enquadramento no âmbito nacional, regional e metropolitano	43
3.2 – Caracterização demográfica e económica do Concelho de Sintra	44
3.3 – A Paisagem Cultural de Sintra: Classificação da UNESCO	49
3.4 – O Parque Natural Sintra-Cascais	52
4. Caracterização da Zona de Transição – o caso de estudo	53
4.1 – Caracterização demográfica e socioeconómica da Zona de Transição	55
4.2 - Identificação dos recursos patrimoniais	59
4.3 – Caracterização do alojamento turístico na zona de transição	63

5. Contributos para uma proposta de sustentabilidade para a ZT	65
5.1 – Análise SWOT	65
5.2 - Definição estratégica: Uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica – Sintra 2030	66
5.2.1 – Linhas de atuação	68
5.3 – Circuitos e Rotas Turísticas	69
6. Considerações finais	73
7. Bibliografia	75
Anexos	79

Índice de Figuras

Figura 1- Localização da área em estudo no concelho de Sintra

Figura 2 – a) Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas; b) Ponte e Calçada Romanas de Catribana; c) Praia das Maçãs; d) Vila Romana necrópole medieval de São Miguel de Odrinhas

Figura 3- Organograma da Câmara Municipal de Sintra

Figura 4 – Os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Figura 5- Desenvolvimento sustentável do turismo

Figura 6 – Freguesias do Município de Sintra

Figura 7 – Percentagem da população residente por grandes grupos etários (nº) das freguesias do Concelho de Sintra

Figura 8 – Distribuição da população ativa residente no Concelho de Sintra por Sector de Atividade (%)

Figura 9 – Habilitações da População ativa no Concelho de Sintra (%)

Figura 10- Paisagem Cultural de Sintra

Figura 11 – Percentagem de população residente na zona de transição por faixa etária

Figura 12 –Percentagem de produtos agrícolas na zona de transição por faixa etária

Figura 13 – Número de alojamentos turísticos (2015)

Figura 14 – Definição estratégica para a ZT

Figura 15 – Rotas turísticas

Índice de Quadros

Quadro 1- Classificação das áreas protegidas portuguesas

Quadro 2 – Eixos e projetos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal

Quadro 3 – População Residente

Quadro 4 – Densidade Populacional

Quadro 5 – Taxa de Desemprego, segundo os Censos

Quadro 6 – Recursos de apoio às atividades turísticas e de lazer em Sintra

Quadro 7 – Capacidade de Alojamento e número de estabelecimento hoteleiros no Município de Sintra 2012

Quadro 8 – Distribuição da população empregada por setor de atividade económica

Quadro 9 – População agrícola Familiar no Concelho de Sintra e Área de Estudo

Quadro 10 – População Residente

Quadro 11 – Atividades emergentes na ZT

Quadro 12 – Património existente e com potencial no aproveitamento turístico na ZT

Quadro 13 – Recursos patrimoniais existentes por aglomerado

Quadro 14 – Alojamento turístico por aglomerados

Quadro 15 – Análise SWOT da Zona de Transição

Acrónimos

AML – Área Metropolitana de Lisboa

APS – Áreas Protegidas

CCE – Comissão das Comunidades Europeias

CE- Comissão Europeia

CEP – Convenção Europeia da Paisagem

CMS- Câmara Municipal de Sintra

DS – Desenvolvimento Sustentável

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

IUCN – International Union for Conservation of Nature

MDM – Metas de Desenvolvimento do Milénio

MDT – Modelo de Desenvolvimento Territorial

ODS- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMT – Organização Mundial do Turismo

PDM – Plano Diretor Municipal

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PNSC – Parque Natural Sintra-Cascais

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PSML – Parques Sintra – Monte da Lua

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ZT – Zona de Transição

1 - Introdução

1.1 Pertinência do tema

Sintra foi a primeira Paisagem Cultural na Europa, uma categoria do Património Mundial criada pela UNESCO. Sintra desfruta de uma imensa riqueza patrimonial, cultural e natural de valor excecional que valoriza a sua identidade e também a sua atratividade. Apresenta uma “orla costeira natural, diversificada e com potencial para suporte de atividades turísticas, de lazer e ócio” (Modelo de Desenvolvimento Territorial, 2015, p.8).

Foi a 6 de Dezembro, de 1995, em Berlim, que a zona inscrita de Sintra passa a integrar a lista de Património Mundial na Categoria de Paisagem Cultural, tendo sido impostas pela UNESCO a criação de uma “zona de tampão” de forma assegurar uma unidade paisagística e, também de uma “zona de transição” com objetivo de preservar a qualidade ambiental envolvente. Desta forma entende-se por “Paisagem Cultural de Sintra” três diferentes zonas aprovadas pela UNESCO – “Zona Inscrita”, “Zona Tampão” e “Zona de Transição”.

Aquando a aprovação pela UNESCO da “Paisagem Cultural de Sintra”, foi necessário a criação de uma “zona de transição” (ZT) com limites definidos para salvaguardar a qualidade ambiental envolvente. Estamos perante um território onde predomina a paisagem cultural e rural sem nunca esquecer que estamos perante um território humanizado. A classificação de Sintra enquanto Paisagem Cultural confere-lhe uma enorme atratividade turística. E num contexto de procura turística crescente, o turismo sustentável desempenha um papel fundamental na conservação e melhoria deste património natural e cultural. Torna-se assim, crucial a sustentabilidade do turismo em todas as suas dimensões (económica, sociocultural e ambiental) a fim, de promover competitividade dos destinos e para o bem-estar das populações (Rodrigues, 2012).

Um dos principais problemas do concelho apresentado pelo Plano Diretor Municipal de Sintra (2015) é o facto de alguns dos seus núcleos populacionais estarem a perder identidade (principalmente, a norte do concelho onde está inserida a área de estudo). Importa por isso, reforçar a sua identidade e apostar na valorização dos núcleos populacionais onde o problema é detetado. Como muitos destes núcleos se situam fora do principal eixo urbano do município, importa estimular dinâmicas relacionadas com o turismo, numa lógica de integrar a zona de transição, mas com a preocupação em salvaguardar as características próprias que lhe confere uma identidade inigualável.

Através da dinamização desta zona de transição e consequentemente a promoção de atividades económicas associadas aos valores fundamentais e saberes tradicionais inseridos nos núcleos tradicionais (por exemplo), constitui-se uma oportunidade de criação de emprego e de atração no âmbito do turismo rural e de natureza, impedindo a degradação desta área e procurando a integração e coesão do conjunto alargado patrimonial de Sintra.

Esta proposta enquadra-se na preparação de uma estratégia local para o concelho de Sintra em concordância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030, das Nações Unidas). Sintra precisa de desenvolver estratégias alinhadas com Agenda 2030. A implementação dos ODS é um desafio que requererá uma parceria global alargada com a participação ativa de todos, na medida que os ODS precisam de ser discutidos e afinados localmente, junto às pessoas, e envolvendo toda a comunidade. Os governos locais são os executores de políticas, os catalisadores da mudança e estão colocados ao melhor nível para vincular as comunidades locais com metas globais. A ser aceite, esta Agenda seria um instrumento de gestão com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável, integrando no seu território classificado e protegido, preocupações ambientais, culturais, sociais e económicas.

1.2 Questão de investigação

O foco do trabalho centra-se na seguinte questão: existe potencial na área classificada pela UNESCO de zona de transição (ZT) para desenvolver uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica ligada ao sol, mar, praias e biodiversidade?

A ZT envolve a Serra de Sintra e estende-se, particularmente, para Norte. Pontuado por várias aldeias, este vasto território é sobretudo rural. Mas a Ocidente a zona de transição confronta o oceano através de uma sucessão de encostas escarpadas e de praias. Neste território, assentam comunidades onde se forjaram as identidades rurais, com costumes e tradições.

Se bem que seja notória a presença de ofertas turísticas de âmbito cultural, rural, gastronómico, de paisagem e natureza ao longo da ZT, estas encontram-se, contudo, pouco valorizadas. De tal maneira que será necessário promover projetos que permitam a valorização e integração destas dimensões, melhorando a oferta turística. Todos estes fatores tornam ainda mais atrativo o desenvolvimento de uma proposta de um projeto de rotas para o turismo da região, tendo por base o turismo sustentável ligado ao mar e natureza, pelas características rurais específicas deste território. Neste sentido, parece relevante apoiar o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo sustentável de carácter rural, mas com ligação às praias, que possa vir atrair visitantes, dinamizando a economia local e da vida da população.

De certa forma, o desenvolvimento no espaço rural, dinamizando e articulando o lazer e o turismo irá contribuir para que o concelho possua uma oferta mais diversificada e integrada e que cativa não só turistas, mas também residentes e investidores. Esse potencial alicerça-se sobretudo na valorização da Natureza, em particular nas dimensões do mar, praias sol e biodiversidade. Todavia, o património construído é também um elemento importante de dinamização turística.

1.3 – Objetivos da investigação

A conservação do património e a melhoria das infraestruturas estão frequentemente associadas ao desenvolvimento turístico. Assim, o desenvolvimento turístico pode originar crescimento económico ao proporcionar, por exemplo, a criação de emprego, aumento de rendimentos e novos mercados para o escoamento dos produtos agrícolas e serviços produzidos na área. O desenvolvimento turístico nas áreas rurais pode aumentar autoestima e o sentido de pertença e estimula a fixação da população e atrai pessoas oriundas dos meios urbanos, que podem vir a fixar-se nestas áreas (ou a adquirir uma habitação secundária).

É neste contexto que se justifica este trabalho sendo o seu objetivo principal propor uma estratégia para a zona de transição, de forma a identificar os elementos essenciais para maximizar o potencial natural e patrimonial construído da área em estudo.

Assim são objetivos específicos desta pesquisa:

- i. Identificar potencialidades na zona de transição em relação às atividades turísticas de forma a dinamizar os seus aglomerados rurais;
- ii. Compreender as dificuldades/ameaças do aproveitamento dos recursos locais;
- iii. Avaliar o impacto territorial que as atividades turísticas possam vir a ter;
- iv. Desenvolver projetos relacionadas com a sustentabilidade, tendo por base a relação entre sol, mar, praias e biodiversidade em associação ao património construído local.

1.4 – Área de estudo

A figura 1 identifica a área alvo para o desenvolvimento de pesquisa que culminou com um relatório de estágio. Observa-se que corresponde à parte norte da Zona de Transição que compreende a união de freguesias de São João das Lampas e Terrugem e alguns aglomerados da freguesia de Colares e união de freguesias de Sintra. A ZT apresenta um forte potencial turístico, desde a orla costeira onde apresenta belíssimas praias e um valioso património cultural associado aos núcleos históricos. Apesar de tudo, acaba por ser uma área ignorada, visto que a “zona inscrita” é a que absorve a maior parte do turismo do Concelho, pois compreende o centro histórico de enorme valor patrimonial e, por isso, projetado nos roteiros internacionais culturais, e muito valorizado pela autarquia.

A área de transição caracteriza-se por apresentar um povoamento disperso com pequenas aldeias, cuja área agrícola teve um papel fundamental na compartimentação da paisagem rural. Outrora serviu de centro agrícola abastecedor de Lisboa. Contudo, estas características têm vindo a perder importância. Nomeadamente, na freguesia de São João das Lampas, tem-se vindo a presenciar o abandono

significativo da atividade agrícola. Já na sua parte costeira, o cenário é um pouco diferente porque os aglomerados tradicionais são hoje aproveitados para turismo e segunda habitação.



Figura 1- Localização da área em estudo no concelho de Sintra

Fonte: <http://assembleiamunicipal.cm-sintra.pt/20-anos-patrimonio-mundial/338-a-paisagem-cultural-de-sintra-patrimonio-da-humanidade-sua-dimensao-politica-estrategica-e-ordenadora> (2015).

A dinamização dos núcleos de povoamento associados à ruralidade pode alavancar o desenvolvimento local, funcionando os núcleos de povoamento como âncoras de desenvolvimento, dinamizando e articulando atividades de lazer e turismo sustentável e uma aproximação oceânica – explorando a relação entre mar e natureza – no espaço rural.

Para além, da riqueza paisagística, a área em estudo é vasta e rica em objetos de interesse turístico e cultural, detendo um apreciável número de geomonumentos, sítios arqueológicos e construções históricas de vários tipos e diferentes épocas. Eis alguns exemplos de património existente na Zona de Transição (Figura 2): a “Torre dos Ribafrias” (Lourel), a Igreja Paroquial de São João das Lampas, a Ermida de São Miguel de Odrinhas, a Adega Regional de Colares, o Túmulo pré-histórico da Praia das Maças, as Tholoi do Vale de São Martinho, o Santuário pré-histórico da Barreira (Odrinhas), a Villa

romana e necrópole medieval de São Miguel de Odrinhas, a Ponte e Calçada romanas da Catribana, as ruínas da Ermida medieval de São Romão (Lourel), as ruínas da Ermida tardo medieval de Nossa Senhora do Ó (Pernigem), a Fonte tardo-medieval da Cabrela, o Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, entre outros.



Figura 2 – a) Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas; b) Ponte e Calçada Romanas de Catribana; c) Praia das Maças; d) Vila Romana necrópole mediável de São Miguel de Odrinhas

1.5 Instituição de acolhimento: Gabinete do Património Mundial de Sintra

O presente estágio foi realizado na Câmara Municipal de Sintra (CMS) no Gabinete do Património Mundial de Sintra – Paisagem Cultural de Sintra, localizado no centro histórico da vila de Sintra. Este estágio que proporcionou a investigação que agora se apresenta, teve o seu início dia 15 de fevereiro de 2017 e prolongou-se até dia 22 de junho de 2017, fazendo um total de quatro meses equivalentes a 400 horas prestadas à instituição de acolhimento, sob a orientação da Arquiteta, Maria Manuel Albino.

A Câmara Municipal de Sintra (CMS) é o órgão executivo do município e tem por missão definir e executar políticas a fim de promover o desenvolvimento do Concelho em diversas áreas da sua competência. A organização interna da CMS pode ser observada no organograma (figura 3).

O Gabinete que acolheu este estágio surgiu em 2015, na sequência de um protocolo de colaboração com Os Parques de Sintra – Monte da Lua¹ (PSML). A ideia de criar o gabinete de Paisagem Cultural é uma antiga recomendação de organismos da UNESCO, no seguimento de várias missões técnicas para avaliar o estado de conservação da zona classificada de Sintra. Este recente gabinete tem como função promover a aproximação entre os interessados da zona classificada, através do debate de ideias sobre a reabilitação e gestão do património, assim como também assegurar o acompanhamento das intervenções de entidades públicas e privadas na área da proteção da Paisagem Cultural e a promoção de “estudos científicos e técnicos”.

Segundo o Presidente da CMS “o grande objetivo deste gabinete é o de acompanhar e monitorizar as exigências da UNESCO para aperfeiçoar e consolidar a classificação de Sintra como património mundial”. O Presidente do Parques Sintra – Monte da Lua refere que “é uma honra para Portugal e para Sintra promover a defesa e valorização da paisagem cultural” (Câmara Municipal de Sintra, 2015).

1.5.1 Objetivos do estágio

Os objetivos do estágio, incidiram sobre um conjunto de tarefas definidas em conjunto com o Gabinete:

- Refletir sobre a componente prática do estágio e a teoria que suporta o mesmo;
- Apresentar uma proposta de sustentabilidade para a ZT com o intuito de maximizar os recursos naturais e construídos/humanizados do território em estudo, através da:
 - Recolha de dados e informação relevantes;

¹ A Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A. (PSML) é uma empresa de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000, no seguimento da classificação pela UNESCO da Paisagem Cultural de Sintra como Património Mundial da Humanidade (1995). A sua criação teve como objetivo reunir as instituições com responsabilidade na salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural de Sintra (www.parquesdesintra.pt).

- Identificação das potencialidades da zona de transição;
- Definição de uma estratégia para a zona de transição;
- Elaboração das linhas de atuação e ações a desenvolver.

Através da realização deste estágio foi possível desenvolver algumas competências, nomeadamente, aplicar os conhecimentos adquiridos durante a formação universitária e também adquirir novos conhecimentos relacionados com a temática em estudo. E assim, entender o funcionamento dos serviços de um organismo público, nos seus problemas e desafios quotidianos.

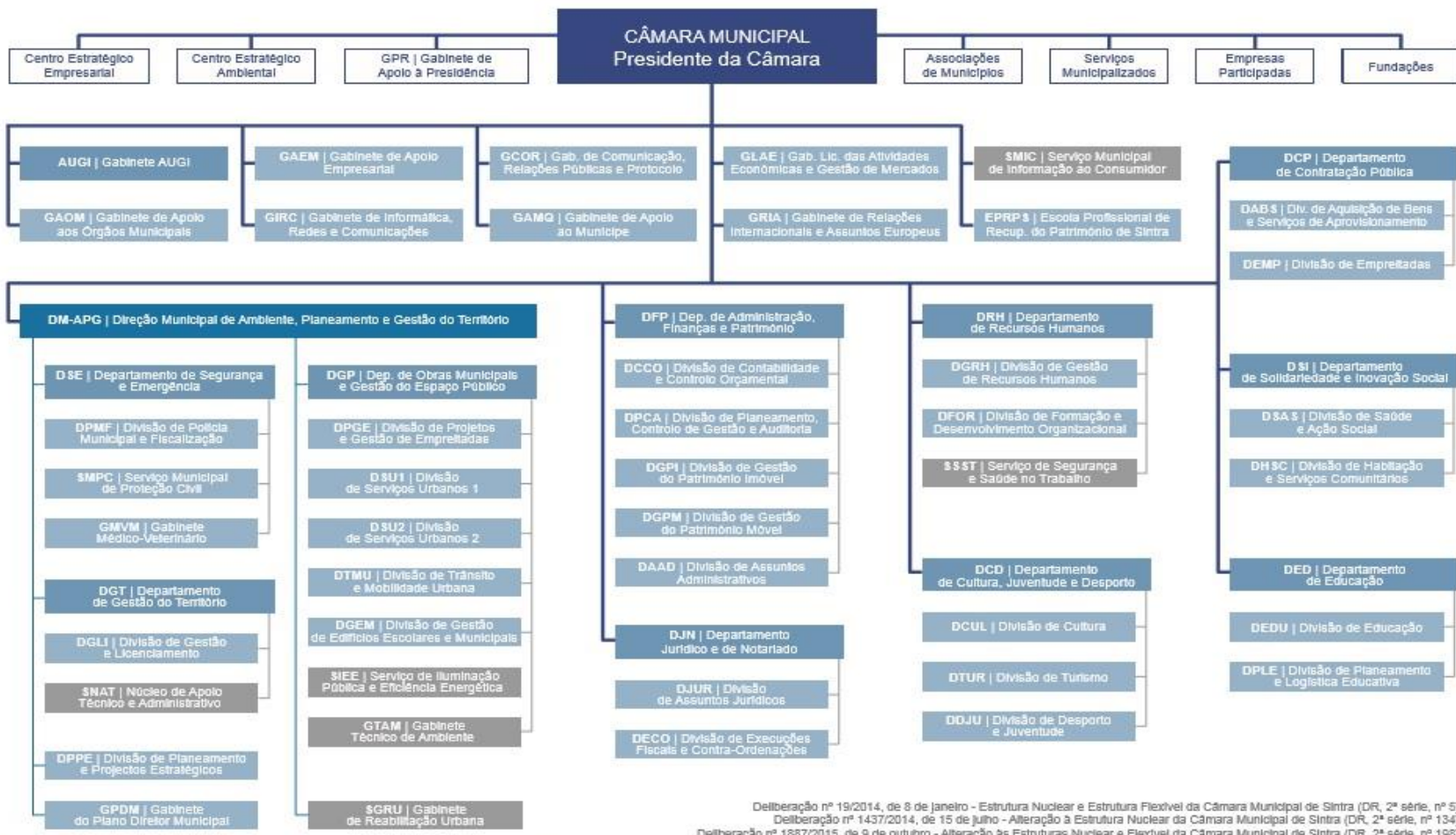


Figura 3- Organograma da Câmara Municipal de Sintra

Fonte: <http://www.cm-sintra.pt/organograma-da-camara-municipal-de-sintra> (2017).

1.5.2 Metodologia do trabalho desenvolvido no gabinete

A metodologia adotada para a concretização deste trabalho compreendeu duas abordagens em simultâneo: a quantitativa e qualitativa.

Numa primeira fase, e no que concerne à metodologia de abordagem no âmbito teórico, foram efetuadas pesquisas bibliográficas de forma a reunir a maior informação possível acerca dos conceitos relevantes e aprofundar os conhecimentos acerca da ideia que ao longo do estágio se revelou central – a promoção do desenvolvimento assente no turismo sustentável. As leituras contemplaram artigos científicos, teses de mestrado e de doutoramento, livros de referência académica e documentos técnicos, em particular, o Plano Diretor Municipal de Sintra. Através desta recolha bibliográfica foi possível encontrar uma base teórica que sustenta a proposta subjacente a este trabalho.

Numa segunda fase, a recolha, análise e tratamento de dados estatísticos sobre o Município e a área em estudo (indicadores demográficos, socioeconómicos, patrimoniais e habitacionais) teve como objetivo analisar as dinâmicas e as transformações ocorridas naquele território desde que Sintra foi classificada como património mundial. A recolha de dados centrou-se no Plano Diretor Municipal e no Plano de Desenvolvimento Estratégico para Sintra 2015; ainda em complemento foi efetuada uma pesquisa no Instituto Nacional de Estatística (INE) a nível da subsecção, e na PORDATA. O tratamento dos dados recolhidos foi feito com recurso ao Excel. Ainda neste processo de recolha de dados, foi também possível fazer o levantamento dos recursos patrimoniais existentes na ZT.

Posteriormente, numa terceira fase do desenvolvimento do trabalho, foi necessário recolher informação através de entrevistas com atores relevantes no ordenamento e gestão do território de Sintra. Assim, foi efetuada uma entrevista aberta no Gabinete do Plano Diretor Municipal com o Arquiteto Tiago Trigueiros e a Antropóloga Carmen Chiolas – como forma de obter opiniões dos técnicos acerca da realidade do território em estudo e trocar ideias. As múltiplas reuniões com a Arquitecta Maria Manuel Albino foram essenciais nesta fase de pesquisa.

Não poderia este trabalho ser efetuado sem trabalho de campo, pelo que se procedeu à observação direta no local (foram realizadas duas visitas à ZT), com o objetivo de proceder a uma análise mais detalhada da área em estudo e entender as vivências e dinâmicas locais.

Após a recolha da informação com base nas fontes primárias e secundárias foi possível efetuar um diagnóstico e identificar tendências que poderão apoiar uma estratégia de desenvolvimento (turístico) sustentável para a Zona de Transição. Para tal, recorreu-se a uma análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) com o intuito de entender quais as características e tendências que marcam este território e sustentar propostas de desenvolvimento turístico.

2. Enquadramento teórico: dos conceitos às políticas com vista à construção de uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica

2.1 Perspetiva histórica do conceito de desenvolvimento sustentável

Cada vez mais, tem vindo a assistir-se a uma crescente preocupação com o ambiente. O agravamento dos problemas de qualidade ambiental provocados pelo rápido aumento populacional, pela urbanização, pela gradual utilização de recursos e produção de resíduos que advêm dos padrões de crescimento e desenvolvimento origina uma serie de impactes ambientais, por sua vez, é necessário recorrer a modelos que minimizem estas ações e garantir um desenvolvimento de forma sustentável (Batista, 2010). Para autores como Choi & Sirakaya (2006), a ideia de desenvolvimento sustentável surgiu como uma alternativa ao tradicional modelo neoclássico de desenvolvimento económico.

Podemos considerar que a discussão em torno do conceito de desenvolvimento sustentável teve um marco importante na Conferência de Estocolmo, em 1972. Nesta mesma data, surge a primeira Conferência da Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, muito devido à preocupação em torno da degradação do ambiente. Esta conferência, conhecida como a Conferência de Estocolmo, ficou marcada pela divergência de opiniões entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Por um lado, os países desenvolvidos apostavam na criação de um programa com base na preservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, assim como a criação de medidas de forma a evitar uma possível catástrofe. Por outro lado, os países em desenvolvimento apelavam ao seu desenvolvimento económico a fim de conseguirem ultrapassar os problemas que os afetavam como por exemplo: saúde pública, problemas de habitação e saneamento básico.

Esta conferência culminou na criação da Declaração de Estocolmo onde estão descritos os princípios essenciais para a preservação e melhoria do ambiente humano, assim como no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), responsável pelas ações de proteção do ambiente e de desenvolvimento sustentável.

Mas só em 1987, que surge pela primeira vez o conceito oficial de desenvolvimento sustentável. O Relatório Brundtland (1987)² apresenta uma definição para o conceito de desenvolvimento sustentável, como sendo “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.” (WCED, 1987, pp: 8).

Este relatório refere que o crescimento económico é um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável, mas devem existir uma nova abordagem para com as questões ambientais, no geral, e na

² Também conhecido por *Our Common Future* (O Nosso Futuro Comum).

forma de consumo, em particular, pois ambas são cruciais para garantir um desenvolvimento sustentável (Rodrigues, 2012).

A definição proposta no relatório debruça-se sobre dois conceitos cruciais:

- “O conceito de “necessidades” humanas, em particular as dos mais pobres, às quais deve ser dada prioridade de resolução;
- A ideia da existência de limitações, impostas pelo estado da tecnologia e pela organização social à capacidade do ambiente (do ecossistema global) satisfazer as necessidades do presente e do futuro” (Moniz, 2006 citando WCED, 1987: 43).

Ainda o mesmo relatório expõe cinco pilares que orientadores de um desenvolvimento sustentável (Neves, 2009 citando WCED, 1987):

1. Planeamento estratégico holístico;
2. Importância de preservar os processos ecológicos essenciais;
3. Necessidade de proteger conjuntamente a herança humana e a biodiversidade;
4. Necessidade de desenvolvimento de tal modo que a produção possa ser mantida através dos tempos pelas futuras gerações, evidenciando equidade intergeracional;
5. Objetivo de alcançar um melhor equilíbrio de justiça e oportunidades entre nações.

São ainda apresentadas pelo Relatório da Comissão Brundtland, várias medidas que devem ser tomadas pelos países de forma a promover um desenvolvimento sustentável (Neves, 2009 citando WCED, 1987).

- i. Limitação do crescimento populacional;
- ii. Garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo;
- iii. Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- iv. Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- v. Aumento da produção industrial nos países não – industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- vi. Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- vii. Atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradias).

Até aos anos 90, o conceito “desenvolvimento sustentável” era visto pelas sociedades ocidentais como uma questão ligada à crise ambiental (Hall & Lew, 1998). Tudo isto, levou a que os governos sentissem necessidade de ir mais além da discussão teórica e desta forma encontrar estratégias de atuação que visassem o desenvolvimento sustentável. Na conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e

Desenvolvimento³, realizada no Rio de Janeiro em 1992, estiveram presentes 182 governantes que decidiram adotar um programa de ações – a Agenda 21 (promoção de um novo modelo de desenvolvimento). O objetivo principal da “Cimeira da Terra” era o de unificar o desenvolvimento socioeconómico com a proteção e conservação dos ecossistemas da Terra.

A Agenda 21, tem como intuito preparar o mundo para os desafios do próximo século. Além disso teve uma grande contribuição para a preparação de planos de gestão ambiental, a níveis nacionais e locais e também na reestruturação dos processos de tomada de decisão. Na agenda foram traçados 27 princípios a que os países subscritores devem obedecer.

Segundo Rodrigues (2012), citando Careto & Lima (2006), a cimeira permitiu a conceção de três premissas:

- 1) “O desenvolvimento sustentável deve permitir responder às necessidades do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras;
- 2) O desenvolvimento sustentável é um processo de mudança que tem em conta o equilíbrio da exploração dos recursos, a orientação dos investimentos e a aplicação de técnicas e desenvolvimento de organismos públicos e privados com o objetivo de reforçar o potencial socioeconómico de forma a solucionar necessidades das comunidades;
- 3) Não existe um modelo ideal de desenvolvimento sustentável, uma vez que os fatores socioeconómicos e ecológicos variam, o que não pode variar é a procura de um equilíbrio entre humanos e recursos naturais.”

Como refere a Agenda 21 é necessário que o desenvolvimento sustentável seja um processo com objetivos e princípios, que uma vez seguidos, permita então ao desenvolvimento não prejudicar ou esgotar os recursos, que tornam possível a manutenção integrada dos processos económicos, ecológicos, socioculturais e de governança (Rodrigues, 2012 citando Careto & Lima, 2006).

Em 2000 estabelecem-se as “Metas de Desenvolvimento do Milénio” (MDM) na “Declaração do Milénio” das Nações Unidas, num esforço para sintetizar os acordos internacionais das várias cimeiras mundiais ao longo dos anos 90. Uma destas metas é assegurar a sustentabilidade ambiental.

Após dois anos, surge a Carta Aalborg, que marca o início da campanha das Cidades e Vilas Sustentáveis. Isto surge na necessidade de limitar o desenvolvimento das cidades a um ritmo que os ecossistemas consigam suportar. O objetivo desta carta seria estabelecer um conjunto de valores e estratégias a fim de garantir o desenvolvimento sustentável em áreas urbanas. A Campanha das Cidades e Vilas Sustentáveis acaba por ser um meio de divulgação de políticas incentivadoras da sustentabilidade ao nível local. Emerge também da necessidade dos governos locais iniciarem processos de Agenda 21

³ Ficou conhecida como RIO-92.

Local⁴ de forma a desenvolver planos de ação local. A A21L tem como intuito que as “iniciativas desenhadas localmente podem conduzir a uma forma efetiva e eficiente de alcançar os objetivos do DS aos níveis local, nacional e global” (Queirós, 2007). Como refere Queirós (2012) a Agenda 21 Local acaba por ser um instrumento de gestão para a sustentabilidade local, procurando estabelecer diversas metas a serem alcançadas dando ênfase às questões ambientais, sociais e económicas.

Dez anos depois, em 2004, decorreu a conferência “Inspirando o Futuro” (Aalborg 10+) e são definidos os “Compromissos de Aalborg” que têm o principal compromisso de reforçar a Rede de Cidades e Vilas Sustentáveis através da implementação de 10 princípios de sustentabilidade:

- 1) Governança;
- 2) Gestão local para a sustentabilidade;
- 3) Bens comuns naturais;
- 4) Consumo responsável e opções de estilo de vida;
- 5) Planeamento e desenho urbano;
- 6) Melhor mobilidade menos tráfego;
- 7) Ação local para a saúde;
- 8) Economia local dinâmica e sustentável;
- 9) Equidade e justiça social;
- 10) Do local para o global.

Como seria de esperar, após este diverso conjunto de iniciativas para promover o DS à escala global e local, surge a necessidade de avaliar a implementação das políticas ambientais.

Jacob (1991), afirma que é necessário a definição de indicadores de sustentabilidade de modo a estabelecerem formas de avaliar o desempenho dos governos no que diz respeito à aplicação da sustentabilidade ambiental nos processos de tomada de decisão. Todavia, a perspetiva que seja fundamental a utilização de indicadores como instrumentos de medição tem originado diversas discussões entre vários autores.

⁴ “Cada poder local deve entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e adotar uma “Agenda 21 Local”. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais (...) e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável.” (Agenda 21, Capítulo 28, 1992).

2.2 – Desenvolvimento sustentável e Áreas Protegidas

A classificação de um território como Área Protegida (AP), “decorre da necessidade de preservar a paisagem, a fauna, a flora os ecossistemas ou outras ocorrências naturais que pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, manifestam uma relevância espacial que exige medidas específicas da conservação e gestão” (Batista, 2010).

Nestes territórios, importa delinear uma estratégia que vise minimizar os efeitos negativos decorrentes da ação humana no território aplicando desta forma, os fundamentos do desenvolvimento sustentável.

Em 2015, os membros das Nações Unidas numa cimeira realizada em Nova Iorque (EUA) adotaram a Agenda 2030 onde traçaram objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que constituem os compromissos dos governos em relação ao ambiente e desenvolvimento sustentável, ao reconhecerem as AP. Esta agenda é constituída por 17 objetivos (figura 4) de desenvolvimento sustentável e 169 metas a alcançar até 2030, tendo em vista a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável e tem como designação “Transformando o nosso Mundo: A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030”. O documento adotado na cimeira, para vigorar até 2030 é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo a fim de criar um novo modelo global para acabar com a pobreza e promover o bem-estar e a prosperidade entre todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. Portugal acabou por ter uma participação positiva no processo da definição da Agenda 2030, nomeadamente na importância de promover sociedades pacíficas e inclusivas, de erradicar todas as formas de discriminação e violência com base no género e de conservar mares e oceanos, gerindo os recursos de forma sustentável.



Figura 4 – Os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Fonte: Direção Geral da Educação (2017).

Segundo o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), para que exista uma classificação como Área Protegida é necessário que “as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar” (ICNF, 2008).

Quando surgiram as primeiras Áreas Protegidas, estas eram grandes extensões de território e encontravam-se sobre a jurisdição do Estado. A primeira área protegida classificada como Parque Nacional foi criada em 1872 denominada de Parque Nacional de Yellowstone, localizada nos Estados Unidos da América. O objetivo fundamental destes Parques seria preservar e salvaguardar os valores naturais do avanço da civilização, de forma a limitar a intervenção humana (Silva, 2012). Deste modo a conservação da biodiversidade é o foco primordial comum a todas as áreas protegidas.

Assim, como refere Burnay (2000), foi criado um tipo de turismo – Turismo de Natureza. O turismo de natureza na rede nacional de áreas protegidas apresenta dinâmicas que pressupõem a compatibilização com a gestão sustentável dos recursos naturais. Na mesma linha de pensamento, este tipo de turismo tem quatro vetores de desenvolvimento, a conservação da Natureza; o desenvolvimento local; a diversificação da oferta turística e a qualidade da oferta turística.

É apenas a partir dos anos 70, nomeadamente depois da primeira conferência sobre o Ambiente, organizada pela ONU em Estocolmo (1972) que o número de Áreas Protegidas começou a aumentar. Um dos principais motivos para esse crescimento, deve-se à tomada de consciência para com os problemas ambientais e começou-se a ter uma maior preocupação em proteger e conservar a natureza.

Em Portugal, a 12 de Novembro de 1948, surge o Decreto-Lei nº37/188, onde pela primeira vez se aborda a temática das AP com a criação de Parque Naturais com base na proteção da flora e fauna. Mas é apenas em 1970 que se torna evidente a preocupação com a conservação da natureza e é publicada a Lei 9/70⁵, que atribui ao Governo a responsabilidade pela proteção da Natureza.

Com a publicação da Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril) foi necessário repensar a necessidade de regulamentar e implementar uma rede nacional de áreas protegidas. Esta lei foi revogada pela Lei nº19/2014, de 14 de Abril (dá continuidade já que considera a conservação da natureza e da biodiversidade uma dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável).

No ano a seguir, precisamente em 1971, surge então em Portugal a primeira área Protegida – O Parque Nacional da Peneda-Gerês, que até à data é o único que possui a categoria Nacional. Entende-se por

⁵ Lei 9/70, de 19 de Junho: “Atribui ao Governo a incumbência de promover a proteção da Natureza e dos seus recursos em todo o território, de modo especial pela criação de parques nacionais e de outros tipos de reservas” (ICNF, www.icnf.pt).

Parque Nacional “uma área contendo um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características, de paisagens naturais ou humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais geomorfológicos ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico ou educacional” (Decreto-Lei 19/93, de 23 de Janeiro).

É então que na mesma altura surge a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), criada ao abrigo do Decreto-Lei nº19/93, posteriormente revogado pelo Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho. A RNAP foi criada com intuito de “garantir a conservação do património natural, sua valorização e uso sustentável; integração da política de conservação da natureza e biodiversidade nas diferentes políticas sectoriais incluindo na política de ordenamento do território; promoção da investigação científica, do conhecimento e monitorização do património natural; integração dos critérios de conservação da natureza e da biodiversidade nos sistemas sociais, económicos e empresariais; promoção da educação, formação e participação da sociedade civil no processo de conservação; criação de infraestruturas básicas para a conservação da natureza e o contributo para o cumprimento dos objetivos fixados no âmbito da cooperação internacional” (Levi, 2012, p.75).

Atualmente, são 48 as Áreas Protegidas classificadas em Portugal Continental e a RNAP integra uma área de 643 087 hectares (ICNF), ocupando cerca de 21% do território nacional. Cada área protegida é classificada conforme o seu estatuto e existem 6 tipologias diferentes⁶ (quadro 1):

- Parque Nacional – “uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características de paisagens naturais e humanizadas (...) a classificação de um parque nacional tem por efeito possibilitar a adoção de medidas que permitam a proteção da integridade ecológica dos ecossistemas e que evitem a exploração ou ocupação intensiva dos recursos naturais” (Decreto-Lei nº19/93, artº 5º).
- Parque Natural - “uma área que se caracteriza por conter paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, sendo exemplo da integração harmoniosa da atividade humana e da Natureza e que apresenta amostras de um bioma ou região natural” (Decreto-Lei nº19/93, artº 7º).

⁶ De acordo com o artigo 11º, do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho.

Quadro 1- Classificação das áreas protegidas portuguesas

Tipo de área protegida	Designação	Âmbito geográfico
Parques Naturais	Montesinho; Litoral Norte; Alvão; Douro Internacional; Serra da Estrela; Tejo Internacional; Serras de Aire e Candeeiros; Serra de São Mamede; Sintra-Cascais ; Arrábida; Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Vale do Guadiana; Ria Formosa	Âmbito Nacional
Reservas Naturais	Dunas de São Jacinto; Serra da Malcata; Paul de Arzila; Berlengas; Paul do Boquilobo; Estuário do Tejo; Estuário do Sado; Lagoas de Santo André e Sancha; S.C.Marim – V.R.S.António	Âmbito nacional
Paisagens Protegidas	Serra do Açor; Arriba Fóssil da Costa da Caparica	Âmbito nacional
Monumentos Naturais	Cabo Mondego; Portas de Rodão; Pegadas de Dinossaúrios de Ourém/Torres Novas; Carenque; Pedra da Mua; Lagosteiros; Pedreira do Avelino	Âmbito nacional
Paisagem Protegida	Albufeira do Azibo; Corno do Bico; Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos; Serra de Montejunto	Âmbito regional/local – DL 19/39
Parque Natural Regional	Vale do Tua	Âmbito regional/local – DL 142/2008
Reserva Natural Local	Paul da Tomada; Estuário do Douro	Âmbito regional/local – DL 142/2008
Paisagem Protegida Regional	Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo; Serra da Gardunha	Âmbito regional/local – DL 142/2008
Paisagem Protegida Local	Açude de Agolada; Açude do Monte da Barca; Rocha da Pena; Fonte Benémola; Serras do Socorro e Archeira	Âmbito regional/local – DL 142/2008
Área Protegida Privada	Faia Brava	Âmbito privado

Fonte –www.icnf.pt (2017). Elaboração própria.

- **Reserva Natural** - “uma área destinada à proteção de habitats da flora e da fauna (...) que tem por efeito possibilitar a adoção de medidas que permitam assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos de espécies comunidades bióticas ou aspetos físicos do ambiente, quando estes requerem a intervenção humana para a sua perpetuação” (Decreto-Lei n.º 19/93, art.º 6º).
- **Paisagem Protegida** - “uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local, resultantes da interação harmoniosa do homem e da Natureza que evidencia grande valor estético ou natural (...) tem por efeito possibilitar a adoção de medidas

que, a nível regional ou local, permitam a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais e a diversidade ecológica” (Decreto-Lei n.º 19/93, art.º 9º).

- Monumento Natural - “uma ocorrência natural contendo um ou mais aspetos que, pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade” (Decreto-Lei n.º 19/93, art.º 8º).

A sua gestão, coordenação e representação a nível nacional fica a cargo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e podem ser de interesse nacional, regional ou local e ainda privado. Importa referir que as áreas protegidas, ao longo do tempo, obtiveram novas funcionalidades que se prendem com o recreio e lazer, transformando-se em espaços que incentivam a prática de atividades ao ar livre e a serem visitados. Por isso, podem significar também ameaças ao seu equilíbrio e estas novas funcionalidades sugerem modelos de planeamento compatíveis com a gestão sustentável dos recursos destas áreas.

Em Portugal, esta procura pela natureza e áreas rurais enquanto lugares de lazer é recente. “A descoberta do meio rural como reserva cultural, social e ambiental deve-se à valorização atribuída às características inerentes a estes espaços, características estas que se prendem com a tradição, natureza e autenticidade, tudo valores “opostos” ao meio citadino” (Silvano, 2006 citando Figueiredo, 1999).

Rapidamente, as áreas protegidas transformaram-se num destino turístico apelativo para um segmento de turistas que privilegiam o turismo de natureza e o ecoturismo, muito na moda na sociedade urbana moderna (Hall & Page, 1999).

Com a criação do Programa Nacional do Turismo de Natureza, que resultou através de um protocolo de cooperação entre a Secretaria de Estado do Turismo e a Secretaria de Estado do Ambiente, ficaram estabelecidos os objetivos que vão de encontro com o desenvolvimento de atividade turística sustentável na área que integra a RNAP (Fernandes, 2003).

2.3 Desenvolvimento sustentável do turismo

A partir dos anos 80, como afirmam Hunter & Green (1995) observou-se um interesse por novas formas de turismo. Foram vários os fatores responsáveis pelo sucesso de novos tipos de turismo, como por exemplo: “uma maior consciência dos impactos ambientais do turismo, uma crescente procura de novas experiências turísticas por parte dos turistas, uma maior ênfase na integração de políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento económico e uma preocupação acrescida da indústria turística com as tendências futuras do mercado (Moniz, 2006 citando Hunter & Green p.25).

A noção de turismo sustentável surgiu na sequência do conceito de desenvolvimento sustentável definido no Relatório Brundtland (1987). Desde aí foi adotada pelas Nações Unidas, governos e organizações não-governamentais orientado para o turismo. Este conceito também ganhou impulso com a criação do Comité do Ambiente da Organização Mundial de Turismo, integrando representantes das áreas do Turismo e do Ambiente. O principal objetivo seria definir as linhas orientadoras de trabalho da OMT.

Com o passar do tempo, a questão da sustentabilidade ambiental tem vindo a ganhar um papel cada vez mais relevante na temática relacionada com o turismo, uma vez que, a percepção que se tinha do turismo estava associada à capacidade voraz de consumir os recursos naturais. A atividade turística tem um peso grande na economia e na sociedade das áreas recetoras, mas é importante admitir que muitas das vezes provoca a degradação ambiental nessas áreas.

Para autores como Bramwell & Lane (1993), o turismo sustentável é “uma abordagem criada com vista a reduzir tensões criadas pela complexidade de interações entre a atividade turística, os visitantes, o ambiente e a comunidade local”. Seguindo a mesma linha de pensamento, o desenvolvimento do turismo deve assegurar a sustentabilidade a longo prazo, e contribuir para sustentar as áreas onde ocorre, na medida que o turismo tem uma importância estratégica e é de grande importância económica para certas regiões.

Desta forma, o turismo sustentável desenvolve um papel essencial entre as diferentes realidades dos atores envolvidos, isto porque é capaz de proporcionar um equilíbrio a longo prazo com o ambiente/natureza. É importante ter a consciência que existe a necessidade de reduzir os impactos ambientais a fim de proporcionar aos turistas um elevado bem-estar e também consciencializar sobre a importância das questões de sustentabilidade, promovendo boas práticas de turismo sustentável. É determinante que exista uma interação equilibrada entre o crescimento turístico e a importância da conservação ambiental (Lane, 1994).

As ONG, *World Wide Fund e Tourism Concern*, levam a cabo o debate acerca da sustentabilidade do turismo em 1992, o que resultou na criação dos princípios do turismo sustentável (quadro 2).

Quadro 2: Princípios do turismo sustentável

<i>Princípios</i>
1. A utilização sustentável dos recursos naturais, sociais e culturais
2. A redução do consumo excessivo e do desperdício
3. A manutenção e promoção da diversidade natural, cultural e social
4. A integração do turismo nos vários níveis da estrutura do planeamento
5. O suporte da economia local
6. O envolvimento das comunidades locais
7. O envolvimento dos <i>stakeholders</i> na atividade turística
8. A formação profissional
9. A adoção de uma Estratégia de marketing
10. A investigação que é essencial para a atividade turística

Fonte: WWF/TC, (1992).

Segundo a Organização Mundial do Turismo, o desenvolvimento do turismo sustentável pode ser aplicável a todas as formas de turismo. Os princípios de sustentabilidade devem determinar um equilíbrio a longo prazo entre as seguintes dimensões: ambiental (promover um uso ótimo dos recursos naturais de forma a manter a diversidade biológica), económica (assegurar atividades económicas viáveis a longo prazo, de modo a beneficiar todos os agentes envolvidos e a promover condições socioeconómicas estáveis) e sociocultural (respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de destino). Deste modo será possível proporcionar oportunidades de emprego e de rendimento às populações locais, permitindo assim a redução da pobreza.

Muitos trabalhos têm surgido procurando construir um conjunto de indicadores do turismo sustentável. Segundo Butler (1999), o conceito de turismo sustentável perde significado se não existirem indicadores que permitem a sua monitorização. Os estudos de avaliação da sustentabilidade turística de uma região devem ser vistos como um instrumento de planeamento (Butler, 2002).

Para Middleton (1998), o turismo sustentável é um conceito fundamental para alcançar uma combinação equilibrada entre a quantidade e tipos de turistas, juntamente com as ações dos serviços de negócios de forma a não comprometer a qualidade ambiental.

A OMT (1998) refere que o turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento económico e que deve ter em conta os seguintes aspetos:

- Melhorar a qualidade de vida das populações das áreas de destino;
- Tornar a experiência dos visitantes mais agradáveis;
- Assegurar a qualidade ambiental da localidade;
- Aumentar a rentabilidade da economia resultante das atividades turísticas, no sentido a favorecer os residentes e assegurar benefícios para os empresários a fim de manter um compromisso com a sustentabilidade do turismo.

O conceito de turismo sustentável é sustentado por um conjunto de medidas tais como a contribuição para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais, a preservação e potenciação do património histórico-cultural, etc. (figura 5).

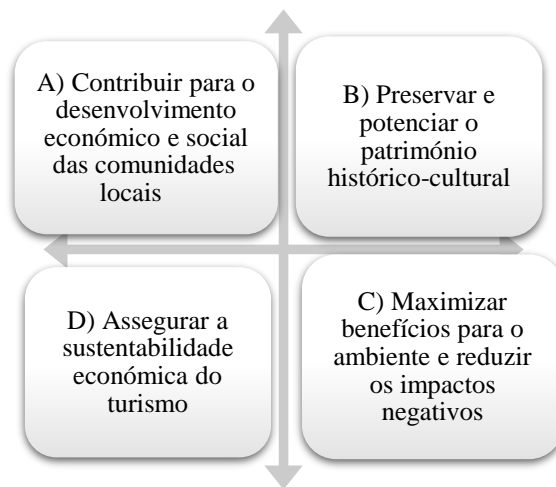


Figura 5- Desenvolvimento sustentável do turismo

Fonte: Bernardes (2012).

- A)
- Fomentar emprego local, proporcionando a formação adequada;
 - Integrar atividades e produtos tradicionais das regiões nos produtos artísticos oferecidos, enriquecendo a experiência do turista
 - Potenciar o empreendedorismo e apoiar o desenvolvimento das PME
- B)
- Utilizar elementos de cultura local na arquitetura, gastronomia, decoração de lojas, etc.
 - Incentivar e apoiar a recuperação de monumentos, museus e outros marcos históricos locais
 - Incorporar a história, tradições e cultura locais nos roteiros e eventos regionais
 - Dinamizar a cultura e conteúdos locais
- C)
- Otimizar o consumo de água e o consumo energético
 - Incentivar a reciclagem de produtos
 - Conservar a biodiversidade, os ecossistemas e as paisagens
 - Formar a gestão das empresas na necessidade e benefícios da adoção de práticas ambientalmente responsáveis
- D)
- Desenvolver produtos inovadores e diferenciados
 - Apostar na qualidade e na qualificação dos recursos humanos e das empresas
 - Minimizar a sazonalidade do negócio dinamizando a procura em época baixa e flexibilizando a capacidade

2.4 – Orientações estratégicas para a sustentabilidade do território

O Turismo constitui uma crescente preocupação para a União Europeia. Isto porque a Europa é o principal destino turístico mundial com 40,2% das chegadas internacionais mundiais, a acontecerem em

estados membros. O Turismo é uma importante estratégia para a economia europeia, por um lado é capaz de criar riqueza e emprego, representando cerca de 5% do PIB da União Europeia (Estratégia Turismo, 2017).

As primeiras referências que surgiram acerca da formação de um quadro político organizado para o Turismo da União Europeia, datam a 1995, com a publicação do Livro Verde sobre o papel da UE no Turismo. Esse mesmo livro lança ainda as bases para a discussão sobre a viabilidade de uma política comunitária sobre o turismo e a sua sustentabilidade.

Começa a verificar-se uma mudança no foco do desenvolvimento do turismo. Se antes a preocupação se baseava na importância económica e criação de emprego, nos dias de hoje acaba por existir uma preocupação com a segurança e a interação ambiente/sociedade.

2.4.1 – Instrumentos de política comunitária em matéria de Turismo

Entre 2001 e 2014, a Comissão Europeia publicou várias comunicações sobre as orientações políticas para o desenvolvimento do turismo sustentável.

A primeira comunicação, em 2001, cujo título “A abordagem Cooperativa para o Futuro do Turismo Europeu” tinha como objetivo principal a elaboração de um quadro operacional e medidas para estimular o turismo europeu. Com esta comunicação, resultou alterações significativas, nomeadamente na preocupação com a sustentabilidade do turismo. A Comissão pôs em prática uma série de medidas e ações, como por exemplo: o lançamento de um portal de promoção da Europa como destino turístico (CCE, 2001).

Em 2003, foi lançado um documento com as orientações de base para a sustentabilidade do Turismo Europeu onde foram adotadas medidas que garantam “a sustentabilidade económico, social e ambiental do turismo europeu”. O foco da Comissão das Comunidades Europeias (CEE) seria a criação de um grupo para a sustentabilidade do turismo (constituído por representantes de várias categorias de intervenientes do sector turístico) (CCE, 2003). Esta comunicação teve o seu principal foco na preocupação em promover o crescimento sustentável do turismo que se manifeste na qualidade e oferta, em detrimento da quantidade. Mas nem todos os desafios e objetivos para o turismo sustentável foram concretizados. Foram poucas as medidas tomadas, entre as quais se destaca a Estratégia da Comunidade Europeia de apoio ao desenvolvimento de um turismo sustentável nos países em vias de desenvolvimento ou o programa MEDA (este programa foi construído com o intuito de pôr em prática as medidas de cooperação destinadas a ajudar os países terceiros mediterrâneos a procederem à reforma das estruturas económicas e sociais e também para atenuar os efeitos do desenvolvimento económico no plano social e ambiental). Contudo, a CCE explica que o lento avanço na procura de um caminho em

direção à problemática do turismo sustentável advém da inexistência de incentivo suficiente que seja capaz de por em prática as iniciativas no terreno.

Em 22 de Março de 2006 a comunicação “Uma Política de Turismo Europeia Renovada: Rumo a uma parceria reforçada para o turismo europeu” adotada pela CE, vem reconhecer a necessidade de uma política europeia de coesão para promover a criação emprego através da competitividade do fenómeno turístico. Sendo que a principal meta traçada neste documento visava “melhorar a competitividade da indústria europeia do turismo e criar mais e melhor emprego através do crescimento sustentado do turismo na Europa e a nível mundial” (CCE, 2006). Para que isto funcione, foram identificados três domínios essenciais: “a integração das medidas que afetam o turismo, a promoção da sustentabilidade do turismo e ainda, a melhoria da compreensão e da visibilidade do turismo” (CCE, 2006).

Uma outra comunicação, que surgiu em 2007, a CCE lança a “Agenda para o Turismo Europeu Sustentável e Competitivo”. Esta agenda incentivava os Estados Membros a criarem condições necessárias para um turismo europeu mais sustentável e competitivo, a longo prazo (CCE, 2007).

Por fim, no ano 2014 surge a comunicação designada “Uma estratégia europeia em prol do crescimento e do emprego no sector do turismo costeiro e marítimo” cujo objetivo primordial passava pela promoção do crescimento sustentável e da competitividade no sector do turismo costeiro e marítimo.

2.4.2 Instrumentos de política nacional

É importante salientar a importância que os instrumentos de gestão territorial (tais como, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; o Plano Diretor Municipal de Sintra; o Plano de Ordenamento da Orla Costeira; e a Rede Natura 2000), os planos estratégicos e sectoriais (Agenda 21 Local; Plano Estratégico Nacional do Turismo, etc.) são cruciais para a promoção sólida e contínua do turismo sustentável, visando o equilíbrio territorial. Ao longo do tempo, foram vários os instrumentos e/ou políticas em Portugal, que de uma certa maneira, visam promover a problemática da sustentabilidade do turismo.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo 2007 - 2015⁷ (PENT) além de estabelecer uma visão também identifica os objetivos estratégicos e as ações a desenvolver a fim de projetar o seu posicionamento turístico. “É o reconhecimento da importância estratégica do turismo para o desenvolvimento sustentável a nível ambiental, cultural, económico e social do País que impulsiona a elaboração do PENT” (Costa, 2016 p.154). Este plano concentrou-se na adoção de medidas que fomentassem a potencialização do turismo através dos elementos diferenciadores do país (recursos turísticos que

⁷ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n°53/2017, de 15 de Fevereiro.

diferem Portugal de outros destinos) com os seus elementos qualificadores (Costa, 2016), que se indicam:

- Clima e Luz: temperaturas amenas todo o ano; elevado número de dias de sol e horas de luz;
- História, cultura e tradição: a ligação com a preservação de tradições (por exemplo, festas populares). ligação ao Atlântico/Descobrimientos;
- Hospitalidade: relações profundas (caracter português brando, comunicativo etc.). Gastronomia e vinho. qualidade dos estabelecimentos turísticos;
- Diversidade concentrada: (praias, floresta, ruralidade, cidade, etc.); Multiculturalismo.

No PENT são também identificados elementos cruciais para qualificar Portugal (Costa, 2016):

- A autenticidade moderna: Portugal é um país europeu moderno;
- Segurança: em Portugal as taxas de criminalidade são reduzidas;
- Qualidade competitiva: serviços com uma qualidade elevada e com preços competitivos.

No quadro 3 podemos identificar os eixos e projetos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal. Foram criados 5 eixos estratégicos a desenvolver através de 11 projetos de acordo com as orientações do PENT.

Quadro 3 – Eixos e projetos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal

Eixos	Projetos
- Território, destinos e produtos - Marcas e mercados - Qualificação de Recursos - Distribuição e Comercialização - Inovação e Conhecimento	I- Produtos, Destinos e Pólos II- Intervenção em ZTI (Urbanismo, Ambiente e Paisagem) III- Desenvolvimento de Conteúdos distintivos e inovadores IV- Eventos V – Acessibilidade área VI – Marcas, Promoção e Distribuição VII – Programa de Qualidade VIII – Excelência no Capital Humano IX – Conhecimento e Inovação X – Eficácia de relacionamento Estado-Empresa XI – Modernização Empresarial

Fonte: Costa (2016) citando PENT (2007). Elaboração própria

Todavia, o PENT⁸ sofreu uma revisão que provocou alterações no contexto do turismo em Portugal. Este plano reafirma que o crescimento do turismo tem que se processar com os valores subjacentes ao desenvolvimento sustentável, apoiado, nos princípios da salvaguarda e preservação dos recursos culturais, paisagísticos e naturais. A sua estratégia vai de encontro com a preocupação com a sustentabilidade do destino, onde se realça vários objetivos estratégicos, apontando-se o seu desenvolvimento a vários níveis, como:

- “Da sustentabilidade do desenvolvimento, fomentando o empreendedorismo e o desenvolvimento de fileiras relacionadas e potenciando a interação com as comunidades locais e as suas atividades produtivas;
- Da sustentabilidade económica do sector via qualificação dos recursos humanos e do produto;
– Da aposta na inovação e desenvolvimento de um modelo de gestão da sazonalidade;
- Do urbanismo, valorizando a autenticidade, pela conservação e valorização do património, e intervindo em áreas públicas e exteriores;
- Da sustentabilidade do ambiente, apostando na utilização racional dos recursos naturais e na valorização do património natural;
- Das paisagens naturais e culturais, focando na relação entre o turista e o espaço, região e comunidades da envolvente, contribuindo para a experiência global da visita” (Costa, 2016).

É cada vez mais notório a importância dos valores culturais, naturais e paisagísticos presentes no território das áreas classificadas e a grande procura destes locais para atividades de lazer e ócio em contato direto com a natureza e com as culturas locais que fazem com que estes espaços se constituem como novos lugares turísticos (ICNF). Estas novas dinâmicas permitiram a criação do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), que inicialmente foi definido através da RCM N°112/98, de 25 de Agosto, tendo sido revogado pela RCM n°51/2015, dia 21 de Julho. O principal objetivo deste programa, é a promoção e afirmação dos valores e potencialidades das áreas classificadas, “propiciando a criação de produtos e serviços turísticos inovadores e sustentáveis dos municípios abrangidos por aquelas áreas e promovendo a integração e sustentabilidade dos seguintes domínios: conservação da natureza, desenvolvimento local, qualificação da oferta turística, diversificação da atividade turística e divulgação e valorização do património cultural” (ICNF, www.icnf.pt).

Foi também constituído o Plano de Ação para o desenvolvimento do turismo em Portugal, designado por Turismo 2020 enquadrado no Portugal 2020. Com a elaboração desse plano, um dos objetivos primordiais assenta “Promover a qualificação e valorização do território e dos seus recursos turísticos

⁸ Revisão no horizonte de 2015

distintivos” (Portugal 2015. P:154). Neste objetivo foram encaradas seis prioridades de investimento que passo a citar:

- Preservação e valorização económica do património histórico-cultural;
- Regeneração urbana de cidades e centros históricos de elevado interesse turístico;
- Dinamização sustentável do potencial turístico da rede nacional de áreas protegidas e do património rural;
- Valorização da costa e reforço da interação da economia do mar e turismo;
- Desenvolvimento de equipamentos e serviços de suporte à atividade turística;
- Melhoria das redes e dos sistemas de transportes, promovendo a mobilidade sustentável de fluxos turísticos.

Segundo a Estratégia Turismo 2027 (2017), os resultados obtidos em 2016 confirmam que o turismo é a maior atividade exportadora do país, fruto de um trabalho articulado de um investimento forte efetuado tanto por privados como por públicos. O referencial estratégico para o turismo em Portugal no horizonte 2017-2027 tem como visão “afirmar o turismo como *hub* para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo”. Este referencial pretende ter por base um processo participativo, alargado e criativo com contributos diversos ângulos da sociedade nas suas diversas áreas.

A construção de um referencial estratégico é fundamental para o turismo em Portugal. No programa do XXI Governo, o turismo foi considerado uma prioridade estratégica “Investir num planeamento participado da atividade turística, através de um Plano Estratégico Nacional do Turismo”, “Garantir a plena consonância entre a aplicação dos Fundos Europeus do Portugal 2020 e as prioridades estratégicas definidas pelo sector do Turismo em Portugal, evitando duplicidade de critérios e inconsequência na afetação de recursos públicos”.

Este documento estratégico atua em duas dimensões:

- Pensar estratégica e estruturalmente o Turismo a 10 anos;
- Agir no presente e no curto/médio prazo no horizonte 2020.

O mesmo documento referido anteriormente estabelece assim prioridades, identificadas em cinco eixos estratégicos: (1) Valorização do território, permitindo o usufruto do património histórico-cultural e preservação da sua autenticidade; (2) Impulsionar a economia (3) potenciar o conhecimento, em que se inclui a valorização das profissões do turismo; (4) gerar redes e conectividade, através do reforço de rotas aéreas ao longo do ano e da mobilidade no território; (5) Promoção do “turismo para todos”.

É de salientar que o desenvolvimento sustentável está inteiramente ligado ao sector do turismo e do Compromisso para o Crescimento Verde⁹. O classificado turismo de natureza ou verde é definido como muito “relevante quer no âmbito da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, quer no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Turismo” (Costa, 2016 citando Portugal, 2014), assumindo-se que se encontra entre os 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal. “O Turismo de Natureza em Portugal apresenta claros défices infraestruturais, de serviços, de experiência e know-how e de capacidade competitiva das empresas que operam neste domínio” (Portugal 2014, p. 79) o que leva à rápida intervenção, nomeadamente incentivos no âmbito da formação desta área.

O desenvolvimento do turismo no concelho de Sintra encontra-se de acordo com as linhas de desenvolvimento turístico definidas no PENT de forma a contribuir para o desenvolvimento económico e social das comunidades locais, bem como a preservação e potencialização do património histórico-cultural. Desta forma o município de Sintra tem apostado em (Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra, 2012):

- Turismo não massificado assente na segmentação do mercado;
- Aposta no turismo cultural, de lazer e desporto;
- Aumento das receitas do turismo;
- Vila como polo turístico e não como centro administrativo;
- Melhoria das condições estruturais de acesso;
- Criação de uma empresa participada de gestão do património em Sintra - Parques de Sintra-Monte da Lua, SA.;
- Recuperação do edificado para fins turísticos;
- Forte investimento na animação turístico/cultural;
- Evolução da oferta em alojamento no sentido de uma afirmação da qualidade;
- O turismo como aposta estratégica da autarquia.

Para o efeito, o município de Sintra apostou em sete produtos, integralmente enunciados por ser possível a sua identificação com Sintra (PDM, 2015):

- 1) Valorizar o sol e mar;
- 2) Reforçar os circuitos turísticos religiosos e culturais;
- 3) Dinamizar as estadias de curta duração em cidade;
- 4) Desenvolver o turismo de negócios;
- 5) Estruturar a oferta de turismo da natureza;

⁹ Iniciativa política e estratégica que permitirá contribuir para o desenvolvimento sustentável de Portugal.

- 6) Dar maior visibilidade à área de influência de Lisboa como destino de Golfe;
- 7) Desenvolver o turismo náutico.

2.5 Paisagem Cultural e Património

Como referem Donadieu & Périgord (2007), a Geografia foi a primeira ciência que surgiu no âmbito explicativa de paisagens concretas. Os estudos sobre paisagem são atribuídos a Humboldt, a quem os geógrafos consideram como o “fundador da geografia moderna”.

Para os geógrafos, a paisagem resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antropológicos. Foi Carl Sauer, no início do século 20 quem mais valorizou as reflexões entre a sociedade e o ambiente. A paisagem não é apenas um fenómeno natural, é também cultural pois inclui a existência humana. A relação com a humanidade, é expressa através de um conjunto de elementos em constante interação. Para Sauer (1998), o “pai” da geografia americana “não se pode formar uma ideia de paisagem a não ser em termos das suas relações associadas ao tempo, assim como nas relações vinculadas ao espaço. Ela está num processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição”.

As várias pesquisas têm feito realçar a importância de novas dimensões acerca da paisagem. Como refere Gaspar (2001), citando Pinchemel (1992), têm sido reveladas “novas paisagens” com outras dimensões valorativas, como por exemplo: paisagem-património, paisagem-valor de identidade, paisagem-curso. Ainda como refere Gaspar (2001) o interesse pela paisagem cultural foi despertado pelas viagens e pela abertura ao mundo. O conteúdo “cultura da paisagem”, pode ser a marca da existência humana num determinado território.

Num contexto europeu, destaca-se a Convenção Europeia da Paisagem (CEP), que entrou em vigor em 2004, adotada pelos Estados membros do Conselho da Europa. O intuito da CEP passa por promover a proteção, a gestão e o ordenamento das paisagens e organizar a cooperação europeia em torno destes temas. Este foi o primeiro tratado internacional criado especificamente para abordar as questões ligadas à paisagem (DGOTDU, 2011).

Para a Convenção Europeia da Paisagem, a paisagem “designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos” (CEP, 2000, Cap I, artº1). No que diz respeito ao conceito de paisagem, os componentes associados não são só de natureza objetiva, como por exemplo o caso das componentes biofísica e humana, mas também de ordem subjetiva, no sentido que a perceção que cada um tem pode variar.

Como refere Cancela d'Abreu (2004) “a paisagem é um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular (...), que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter”.

A paisagem aparece em permanente dinâmica, e desta forma apresenta-se como uma característica inata. Deste modo, a natureza dinâmica e complexa da paisagem permite avaliar de forma mais correta fenómenos que atingem os territórios, como os de urbanização, industrialização, intensificação, etc.

O conceito de património refere-se ao conjunto de bens culturais ou naturais de valor reconhecido por determinada localidade, região, país ou para a humanidade, deve ser preservado para o usufruto de todos os cidadãos. O património é o resultado dos diversos elementos constituidores da cultura. Para Brito Henriques (2003) são vários os elementos envolvidos na fundamentação do conceito de património, entre os quais o autor refere e faz distinção entre património familiar, património genético, património natural e património cultural.

“O património, natural e construído de Sintra, constitui um dos recursos de maior importância para o território e para a competitividade, que deve ser valorizado e potenciado, a par da identidade que garante a afirmação de Sintra no panorama das áreas classificadas pela UNESCO e o enraizamento da população aos lugares. No âmbito contextual de natureza, arquitetura e ocupação humana, Sintra, o seu termo e a Serra, evidenciam uma unidade que hoje se considera de paisagem cultural única no panorama da história portuguesa” (Câmara Municipal de Sintra, 2015).

3. Caracterização do Concelho de Sintra e o seu contexto na AML

3.1 Enquadramento Territorial

Sintra é uma vila portuguesa situada na AML; o respetivo município é limitado a norte pelo município de Mafra, a Leste por Loures e Odivelas, a Sudeste pela Amadora, a Sul por Oeiras e Cascais e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Faz parte da Região de Lisboa e Vale do Tejo e inserido na NUTIII¹⁰ – Grande Lisboa.

O município de Sintra detém 319,23 km² de área e 381 728 habitantes (INE, 2015). Destaca-se no contexto nacional e regional devido ao seu enorme território e dimensão populacional e é o segundo concelho com mais habitantes do país (PDM, 2016: 11)¹¹.

Numa perspetiva nacional e regional, Sintra equivale a¹²:

- 4 % da população total nacional;
- 13% dos habitantes de toda a AML;
- 20% da população total dos 8 municípios do setor Norte da AML, incluído o Município de Lisboa.

Atualmente, com a nova reorganização administrativa do território, Sintra conta com 11 freguesias que resultaram na sua agregação e sem alteração nos limites administrativos (figura 6).

¹⁰ NUTS – Nomenclatura de Unidade Territorial para fins Estatísticos.

¹¹ Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra: PDM Sintra – Revisão.

¹² Câmara Municipal de Sintra.

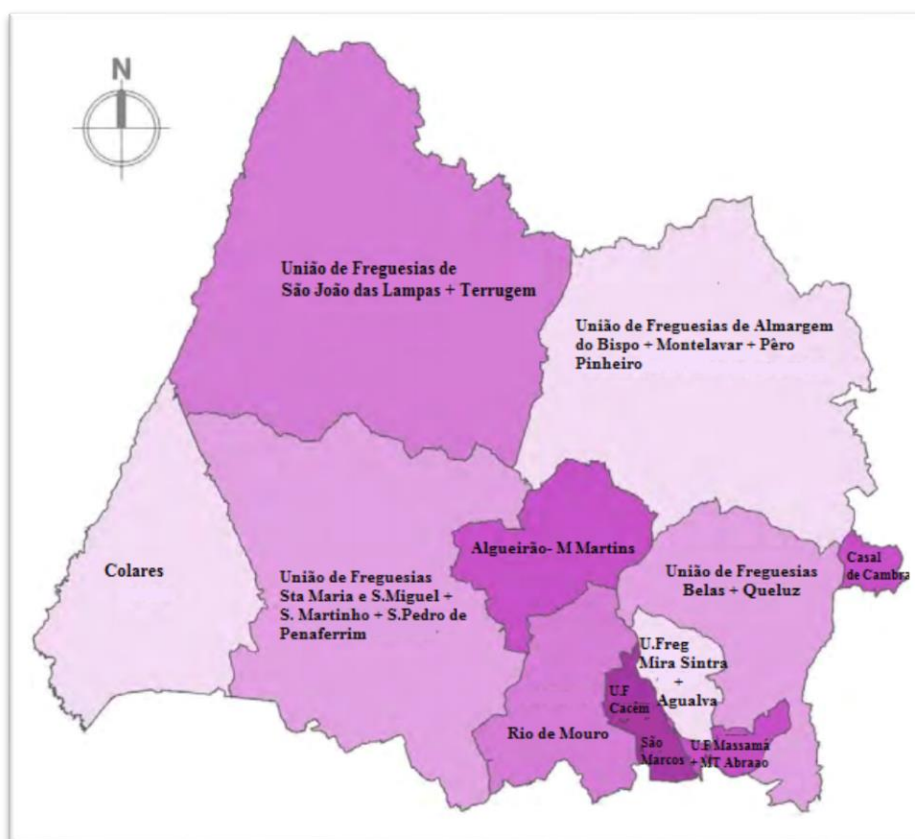


Figura 6 – Freguesias do Município de Sintra

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015). Elaboração própria.

Sintra desfruta de uma localização privilegiada no país além da proximidade ao mar, também usufrui do Parque Natural Sintra Cascais e de um conjunto monumental e paisagístico da Vila e Serra de Sintra, reconhecido pela UNESCO como Paisagem Cultural Património da Humanidade.

Além de importantes valores naturais e paisagísticos que o município de Sintra beneficia, outro fator de extrema importância é a sua proximidade a Lisboa, a capital do país. O Município em questão detém dois eixos de comunicação (um viário e outro ferroviário) que facilita a deslocação para aceder à capital e a toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

3.2 – Caracterização demográfica e económica do Concelho de Sintra

O Concelho de Sintra tem vindo ao longo dos últimos anos a ganhar população, onde grande parte desse crescimento advém da população imigrante. Podemos observar através dos quadros 3 e 4 que desde 2001 a população tem vindo a aumentar, contudo tem havido nos últimos anos um abrandamento no ritmo de crescimento. São vários os fatores endógenos que contribuem para este abrandamento, como

por exemplo: decréscimo dos movimentos migratórios, aumento da emigração para outros países, migrações internas para outros concelhos (PDM, 2015). O Município de Sintra apresenta uma densidade populacional de 1.195 habitantes por km², um aumento de 4% relativo a 2001, e muito superior à densidade média do país.

Quadro 3 – População Residente

	2001	2011	2013	2016
Portugal	10356117	10562178	10427301	10325452
Região de Lisboa	2661850	2821876	2807525	2817014
Grande Lisboa	1947261	2042477	2026481	2034770
Sintra	363749	377835	379756	383234

Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra (2014) / PORDATA (2014). Elaboração própria.

Quadro 4 – Densidade Populacional

	2001	2011	2013	2015
Portugal	112	115	113	112
Região de Lisboa	898	940	935	932
Grande Lisboa	1409	1484	1472	1460
Sintra	1139	1184	1190	1195

Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra (2014) / PORDATA (2014). Elaboração própria.

Pode observar-se na figura 7 que relativamente ao grupo etário dos 0-14 anos as que detêm maior número de população residente são: Algueirão Mem-Martins (12 381), U.F. Belas e Queluz (9 121) e Rio de Mouro (8 987). No grupo etário dos 15-24 anos são as freguesias de Algueirão Mem-Martins (7 552), U.F. Massamá e Monte Abraão (6 177) e Rio de Mouro (5 813). Enquanto no grupo etário dos 25-64 anos Algueirão Mem-Martins (38 179) é a freguesia que detém em maior número de população residente, seguida de U.F. Belas e Queluz (29 260) e U.F. Massamá e Monte Abraão (28 871). No que concerne à população residente com 65 ou mais anos são a U.F. de Belas e Queluz (8 194) que apresentam em maior número, seguidamente da Freguesia de Algueirão Mem-Martins (8 138) e a U.F. Agualva e Mira-Sintra (6 504).

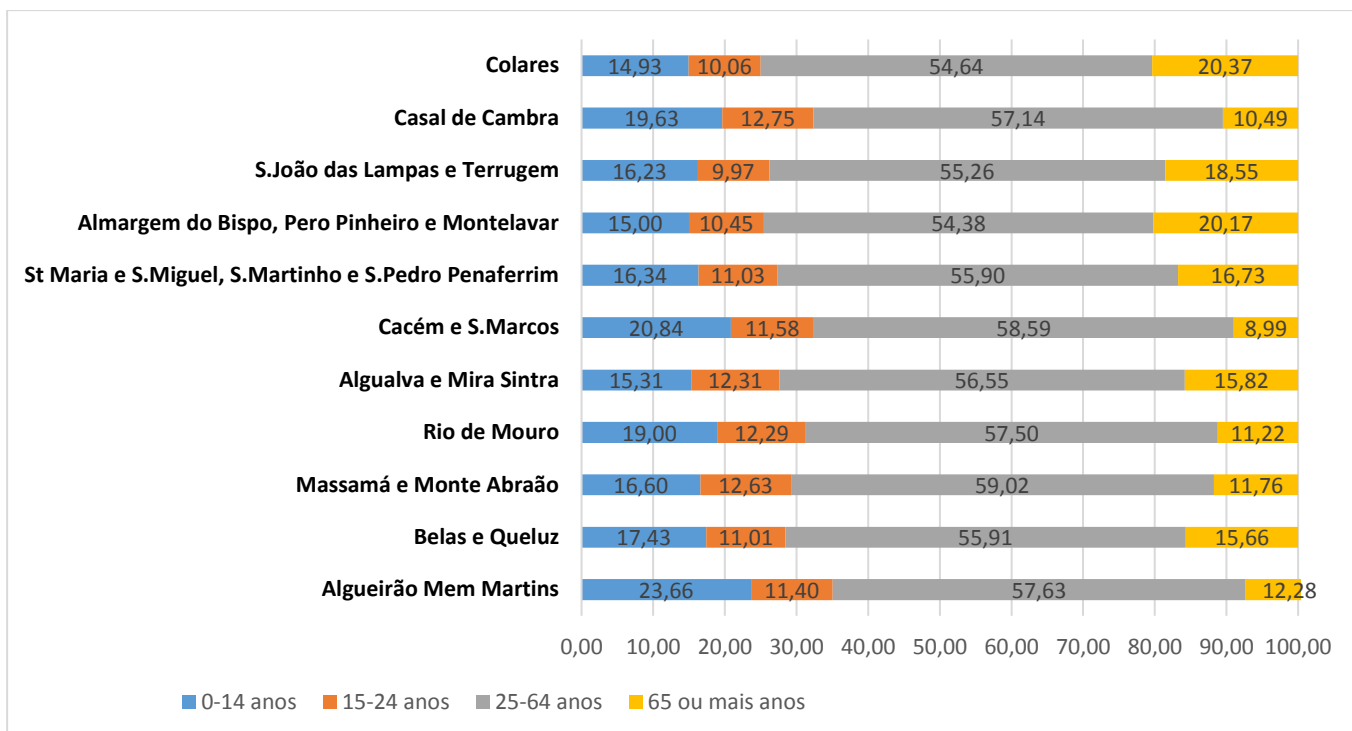


Figura 7 – Percentagem da população residente por grandes grupos etários (nº) das freguesias do Concelho de Sintra

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censos (2011). Elaboração própria.

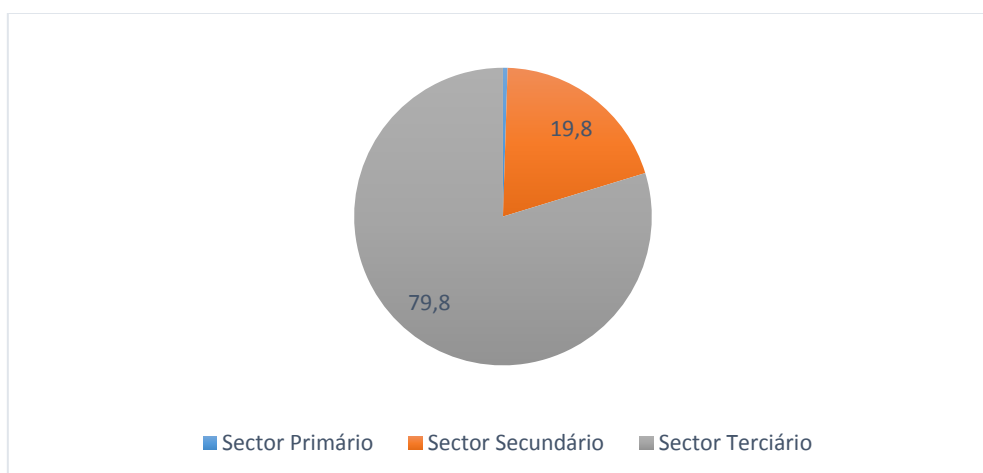


Figura 8 – Distribuição da população ativa residente no Concelho de Sintra, por Sector de Atividade (%)

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015). Elaboração própria.

A população ativa em Sintra situa-se maioritariamente no setor terciário (79,8%). O setor secundário emprega 19,8% e setor primário com 0,5% da população residente (figura 8). Numa abordagem sobre as freguesias do concelho em relação às atividades económicas, podemos destacar no sector terciário as freguesias urbanas são as que apresentam maior crescimento em termos de empresas, sendo o comércio a atividade mais representativa em todas as freguesias. Para além do comércio e serviços em geral, o segmento de restauração e alojamento, tem vindo a ser impulsionadas em todas as freguesias do concelho. Das atividades do sector II, destaca-se a construção civil, nomeadamente nas freguesias de Algueirão-Mem Martins e Rio de Mouro.

O sector primário é pouco significativo no concelho. As aptidões naturais do território de Sintra para estas atividades têm vindo a ser afetadas pelo processo de crescimento populacional e a respetiva expansão urbana do concelho. Contudo, algumas freguesias do concelho, nomeadamente São João das Lampas (que faz parte da área em estudo, a ZT) detêm ainda importância em termos de emprego e produtividade neste sector (PDM, 2015).

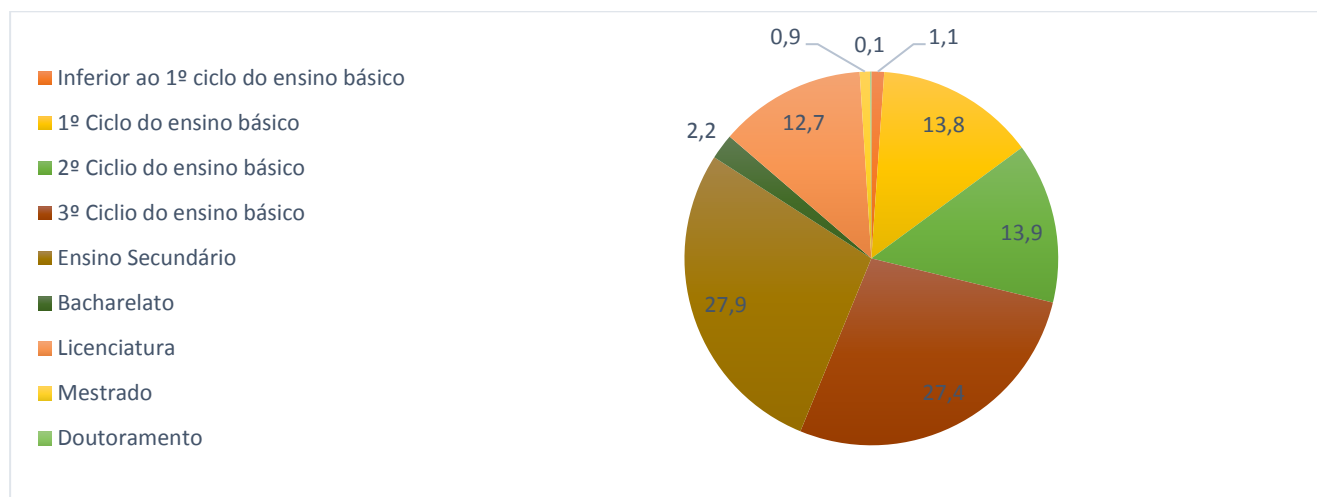


Figura 9 – Habilitações da População ativa no Concelho de Sintra (%)

Fonte: Plano Diretor Municipal (2015). Elaboração própria.

Em Sintra, cerca de 55,8% da população ativa possui habilitações a nível do ensino secundário e do 3º ciclo (figura 9). Este cenário acaba por ser satisfatório em relação à qualificação dos Recursos Humanos, representando um valor significativo no contexto da AML. A melhoria do nível de escolarização da

população ativa é essencial para responder às novas imposições no mercado de trabalho, onde a contínua capacidade de adaptação à mudança tecnológica e apetência pela aprendizagem são fatores fundamentais para a dinâmica económica (PDM, 2015).

Quadro 5 – Taxa de Desemprego, segundo os Censos

	2001	2011	VARIAÇÃO
PORTUGAL	6,7	13,1	6,4
REGIÃO DE LISBOA	7,5	12,9	5,4
GRANDE LISBOA	7,0	12,3	5,3
LISBOA	7,3	11,8	4,5
SINTRA	7,1	13,5	6,4

Fonte: Diagnóstico Social do Concelho de Sintra (2014). Elaboração própria.

O Quadro 5 mostra-nos a taxa de desemprego que pretende avaliar o grau de empregabilidade da população ativa. No Concelho de Sintra o valor é de 13,5, o que demonstra um nível desfavorável em relação ao contexto regional e nacional. Apresenta também uma variação de 6,4% nos dois momentos censitários, resultado da crise económica internacional, estando em concordância com o aumento do desemprego do País, e a incapacidade das empresas adotarem estratégias competitivas e por consequência reter o emprego.

Sintra detém de condições únicas para o turismo cultural e de natureza, podemos identificar no quadro 6 os principais recursos de apoio às atividades turísticas e de lazer em Sintra.

Quadro 6 – Recursos de apoio às atividades turísticas e de lazer em Sintra

Aeroportos / Aeródromos	1	Caves/Adegas	5
Cabos	1	Museus	7
Monumentos Naturais	1	Palácios / Solares / Quintas	7
Património Mundial	1	Espaços culturais e recreativos	9
Parques/Reservas Naturais	1	Praias Oceânicas	10
Santuários	1	Jardins / Parques	11
Campos de Golfe	4	Centros Hípicos	13

Conventos / Mosteiros	4	Igrejas / Capelas / Ermidas	16
Castelos / Fortes	5		

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015). Elaboração Própria.

Em relação à oferta turística, Sintra é o 3º Concelho da AML com o maior número de estabelecimentos hoteleiros e o 4º em termos de capacidade de alojamento, estando logo a seguir aos concelhos de Lisboa, Cascais e Amadora (quadro 7).

Quadro 7 – Capacidade de Alojamento e número de estabelecimentos hoteleiros no Município de Sintra

	Estabelecimentos				Capacidade de Alojamento			
	Total	Hotéis	Pensões	Outros	Total	Hotéis	Pensões	Outros
Sintra	15	9	3	3	1692	1446	89	157

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015). Elaboração Própria.

Em termos de procura turística, tem-se verificado um aumento significativo no número de dormidas e hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Sintra. Em 2012, Sintra registava uma estadia média de hóspedes de 1,7 noites. Apesar de este ser um concelho fortemente ligado à sua riqueza cultural, patrimonial e paisagístico com condições únicas para o turismo rural e de natureza, apresenta um turismo de passagem ou de estadias curtas. Em comparação com a Grande Lisboa e a AML fica muita aquém da média. No que concerne à capacidade de alojamento e estabelecimentos podemos observar que existe pouca variedade e capacidade para alojar um determinado número de visitantes.

3.3 - A Paisagem Cultural de Sintra: Classificação da UNESCO

O território de Sintra detém particularidades que residem nos seus componentes naturais (clima, geografia, fauna e flora) únicos no contexto nacional.

O reconhecimento da sua paisagem começou por ter maior destaque em 1981, aquando da criação da Área de Paisagem Protegida de Sintra-Cascais, regulamentada no Decreto nº 292/81, de 15 de Outubro. A criação da APPSC deve-se, sobretudo, à aceitação dos valores daquela paisagem e ao conhecimento

da importância e da necessidade de a proteger. Sintra é um dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa com um crescimento populacional significativo. No que diz respeito ao urbanismo, o Plano de Urbanização de Sintra (instituído em 1949 por Etienne de Groer) tinha como principal objetivo a salvaguarda da vila de Sintra e a sua zona envolvente de possíveis agressões. Este plano acabou por ter um contributo determinante, isto porque desde meados do século XX e até à década de 80, a envolvente à Vila sofre a uma forte pressão urbanística e um aumento do fluxo turístico.

Em 1994, a área protegida é reclassificada como Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC), como pode ser observado no Decreto Regulamentar nº8/94, de 11 de Março. Nesse mesmo ano também ficou estipulado o Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais, em Decreto Regulamentar nº9/94. Passado um ano, precisamente a 6 de Dezembro de 1995, durante a 19ª Sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO realizada em Berlim, Sintra recebe a sua classificação como Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural, marcando assim o verdadeiro reconhecimento internacional desta paisagem.

A área classificada como Património Mundial abrange a União de Freguesias de Santa Maria e São Miguel, São Martinho, São Pedro de Penaferrim e a Freguesia de Colares (figura 10).

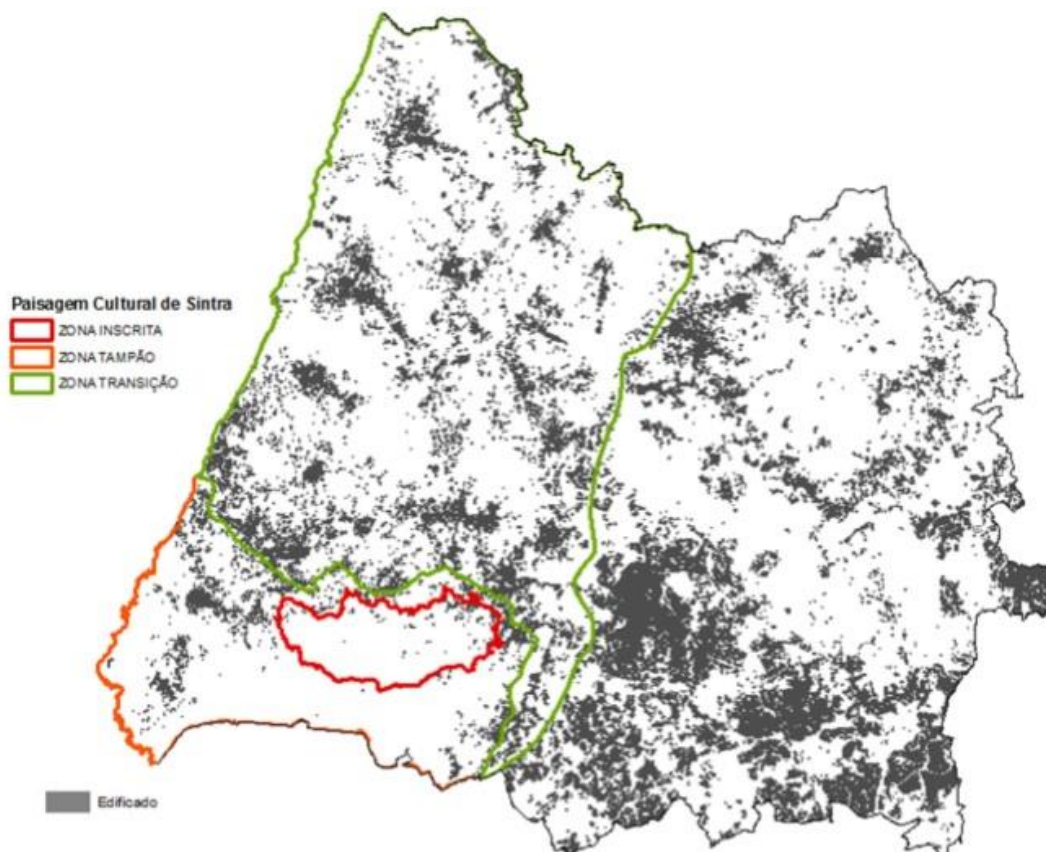


Figura 10 - Paisagem Cultural de Sintra

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015)

No total esta área detém aproximadamente 1500 hectares e nela foi criada uma “zona de tampão” que abrange a Vila de Colares e o Cabo da Roca até ao mar, e uma zona de transição que atravessa os limites municipais e se alarga para o Município de Cascais.

A aprovação pela UNESCO da “Paisagem Cultural de Sintra” incluiu a explícita e prévia aceitação das seguintes condições: a criação de uma “zona de tampão” de contornos bem definidos, em torno da “zona inscrita”; e a criação de uma “zona de transição” com limites definidos e de forma a salvaguardar a qualidade ambiental envolvente.

Desde a altura que em Sintra foi classificada Património Mundial até 1999, estaria a ser desenvolvido pela Câmara Municipal de Sintra um plano de gestão para a paisagem Sintrense, tal como ficou estipulado aquando a sua classificação. No ano 2000 surge o primeiro relatório de uma missão conjunta do IUCN e ICOMOS, cuja natureza pretendia “agregar as responsabilidades dispersas pelas várias instituições públicas que a integram e gerir os meios necessários à recuperação e valorização dos monumentos, dos parques e da paisagem envolvente, classificada pela UNESCO”, alertando para a falta de programas de apoio e de gestão e conservação da paisagem. Depois desta primeira avaliação, surge a Parques de Sintra – Monte da Lua, uma empresa pública, de quota partilhada pelo Município de Sintra e outras entidades de relevância. Surge com o propósito de corresponder aos requisitos estabelecidos pela UNESCO. Isto porque era fundamental existir uma entidade direcionada para as necessidades daquela Paisagem Cultural.

Em 2003, realiza-se o 27º encontro da UNESCO onde são abordados os problemas mais marcantes na paisagem de Sintra, que se prendiam com a questão da pressão turística e urbanística no território. Foca-se, ainda, a falta de meios para a correta manutenção e conservação dos Parques da Pena e de Monserrate e recorda-se da necessidade de existir um plano de gestão, e cuja conclusão ocorreu em 2004. Surge então, em 2004 o Plano de Gestão para a Paisagem Cultural de Sintra, desenvolvido pela CMS, com um período de vigência de cinco anos. Deste plano faz parte 13 objetivos principais, cintando-se os mais pertinentes:

- “Garantia da continuidade e sustentabilidade do desenvolvimento integral de Sintra, aplaudindo o potencial do turismo como contributo para viabilizar as áreas históricas;”
- “Promover o turismo cultural e de qualidade e organizar melhor o turismo para maximizar limitando os efeitos perversos;”
- “No contexto socioeconómico maximizar o potencial da herança cultural como condutor do desenvolvimento económico e social e maximizar também o impacto conhecido sobre a

economia de Sintra e da sua região face à presença de um património mundialmente reconhecido.”

3.4- O Parque Natural Sintra-Cascais

O Parque Natural Sintra-Cascais detém uma área com 14.583 hectares, situada entre na zona ocidental dos municípios de Sintra e Cascais, estando em contacto direto com o Oceano Atlântico. Estende-se do limite norte do concelho de Sintra, junto à foz do rio Falcão, para sul até à Cidadela de Cascais. No município de Sintra compreende as freguesias de Colares, São Pedro de Penaferrim, Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São João das Lampas. No município de Cascais abrange as freguesias de Cascais e Alcabideche, integrando-se neste município cerca de 3.300 hectares da área do Parque.

O Parque Natural Sintra-Cascais integra uma costa de arribas altas e baixas, agregando zonas dunares, praias de seixos, cachopos e farilhões, destacando-se primeiramente as dunas fosseis de Magoito e Oitavos, as dunas do Guincho e também as arribas da Roca que se estendem até à Ericeira.

No passado a área onde está situado o Parque Natural correspondia a uma área desnuda, de intenso pastoreio, que se foi modificando ao longo do tempo. Atualmente, encontra-se densa e exuberante, coberta de carvalhos, medronheiros e sobreiros, contrastando com o planalto de São João das Lampas, (plataforma calcária de solos pobres). Neste local encontra-se um número elevado de habitats mediterrâneos e macaronésios. As árvores de fruto, a videira, a horticultura são características desta zona que lhe conferem grande atratividade. É notório que um pouco por toda a serra existem construções diversas onde se pode observar desde monumentos a quintas. Por estas razões, o Parque Natural Sintra-Cascais constitui um marco importante como destino turístico.

O Parque Natural Sintra-Cascais integra um regime de propriedade pública e privada, sendo dependente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. Os principais objetivos da criação e gestão do Parque Natural enquanto entidade passam:

- Pela gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos;
- A promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações;
- A salvaguarda do património arquitetónico, histórico ou tradicional da região;
- A promoção da integração da arquitetura na paisagem.

O Parque Natural é um espaço de enorme complexidade, e de elevado valor ambiental e cultural, sobretudo devido à elevada concentração de recursos paisagísticos, culturais, habitats e biodiversidades como tal é muito atrativo para as populações. A possibilidade do uso do litoral, associado às amenidades ambientais e interesses culturais demarcam a necessidade da existência de planos para o ordenamento deste território.

4. Caracterização da Zona de Transição – o caso de estudo

O território que mais tarde viria a constituir a Freguesia de S. João das Lampas e grande parte da zona de transição, até ao século XVI, permaneceu sujeito à Paróquia de São Martinho de Sintra. Por volta desta altura esta área encontrava-se dividida em cinco aldeias: Assafora, Odrinhas, Poyanos, São João e Pernigem, com um total de 215 residentes. No século XIX, podia verificar-se a existência de um total de 715 fogos e 3300 moradores. Já em 1940 esta área contava com 4295 habitantes e em 1981, o número de habitantes fixava-se em 6838. Ou seja, regista-se um crescimento da população ao longo do século passado.

Os terrenos são propícios para a produção de cereais, desde o cultivo de cevada, trigo, milho, feijão e também, vinha.

“Esta zona envolve a Serra e estende-se, sobretudo, para Norte. Compreende um vasto território, apesar de tudo, ainda de feição rural, pontuado por várias aldeias que se implantam sobre plataformas divididas por vales fluviais cortados por pequenos cursos de água, sistemas hidrográficos dos quais se destacam a Ribeira de Colares, que corre imediatamente a Norte da Serra, e a Ribeira de Cabrela, que delimita a Zona de transição no seu quadrante Nordeste. A Ocidente a zona em análise confronta o Oceano através de uma sucessão de encostas escarpadas e de praias.” (Ribeiro, Assembleia Municipal de Sintra).

“A Zona de Transição distribui-se por cotas muito inferiores às da Serra. Esta, assim, transforma-se num miradouro privilegiado de largos horizontes; horizontes esses, cuja incontornável omnipresença visual influi de forma direta e marcante na qualidade da própria “zona inscrita” como Património da Humanidade.” (Ribeiro, Assembleia Municipal de Sintra).

Em relação ao Município de Sintra, a zona de transição envolve toda a União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem e envolve dez aglomerados das freguesias de Colares e de Sintra.

As pessoas que residem nesta região dedicam-se, sobretudo, à agricultura. Em termos gerais, a agricultura exercida ainda mantém as características tradicionais, isto é, na sua maior parte é para sustento familiar ou para venda local em mercados. A fruticultura e a horticultura apresentam relevância no seu contexto regional, através do abastecimento e distribuição a algumas superfícies da Região de Lisboa. Destaca-se, também, a importância da vinicultura, nomeadamente o Vinho de Colares com importância nacional e até internacional (Plano Diretor Municipal, 2015).

Outras, originárias de outras regiões de Portugal e dos países de Leste trabalham na construção, na indústria, nas empresas, nos estabelecimentos comerciais ou no sector turístico.

Refira-se que uma grande parte dos residentes da zona de transição trabalha noutros locais, em Lisboa ou em diferentes pontos da Área Metropolitana.

Esta zona conhece fluxos de trânsito consideráveis, dado ser frequentada por uma população significativa durante os fins-de-semana e sobretudo nos meses de Verão. Esta população é essencialmente, originária de Lisboa e dos seus arredores, mas também inclui turistas, portugueses e estrangeiros.

As principais atividades económicas são: a instalação de empresas (essencialmente no sector da construção e atividades conexas, incluindo o corte da pedra de ornamentação, o corte da madeira, o fabrico e a montagem de carroçarias), o comércio generalista e o comércio de clientela turística e os veraneantes, a hotelaria e a restauração, alguns serviços, estabelecimentos ligados ao sector cultural e estabelecimentos bancários.

Ainda é bastante visível o desenvolvimento de certas atividades agrícolas, algumas das quais são totalmente específicas nesta zona: vinha e legumes.

4.1 – Caracterização de demográfica e socioeconómica da Zona de Transição

No seio da Paisagem Cultural de Sintra, a Zona de Transição é mais complexa e diversificada em termos económicos e também demográficos.

A população é heterogénea e conta com um total de 25103 habitantes. Como se pode observar na figura 11 existe maior concentração de indivíduos em idade ativa (15 a 64 anos). No que concerne à população envelhecida concentra-se nos 16% e com 15 % a população mais jovem. A problemática do índice de envelhecimento é algo que afeta não só a área em estudo (com uma expressão significativa) mas também no Município.

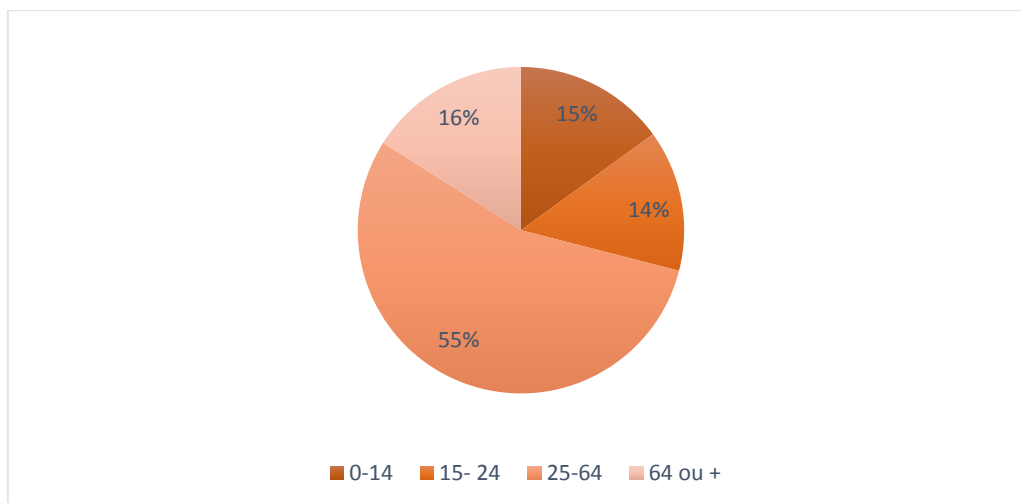


Figura 11 – Percentagem de população residente na zona de transição por faixa etária

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2011). Elaboração Própria.

Em relação à economia, na área de transição também se localizam duas grandes empresas que empregam mais de 250 trabalhadores (Plano Diretor Municipal – Tema: socioeconómico):

- Galucho-industriais metalomecânicas, SA – Fabricação de carroçarias, reboques e semi-reboques;
- Hikma Farmacêutica (Portugal) S.A – Fabricação de preparações farmacêuticas.

Através do quadro 8 podemos verificar que o sector secundário ainda consegue ser um pouco expressivo na área em estudo, contribuindo assim para a sua importância em termos de emprego e produtividade. Contudo, é o sector terciário que apresenta um peso significativo, sendo o comércio a atividade mais representativa.

Quadro 8 – Distribuição da população empregada por setor de atividade económica

	I		II		III	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concelho de Sintra	805	1%	33618	19%	135779	80%
Zona de Transição	161	2%	2238	31%	4840	67%

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas – Censos (2011). Elaboração própria

Sendo o sector primário, em particular a agricultura, ainda um marco imprescindível no desenvolvimento desta área importa entender a relevância que a população agrícola familiar¹³ aufere. O universo da população agrícola familiar distribuiu-se pelas freguesias de Sintra de cariz rural e envolve 1.868 pessoas. Podemos constatar no quadro 9 que a população agrícola familiar na área em estudo tem um peso muito relevante, cerca mais de 50%.

Quadro 9 – População agrícola familiar no concelho de Sintra e área de estudo

Unidade Geográfica	População agrícola familiar 2009	Peso da População Agrícola
<i>Município de Sintra</i>	1868	-
<i>Zona de Transição</i>	999	53,5%

Fonte: Relatório de Caracterização no Concelho de Sintra (2015). Elaboração própria.

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, os agricultores familiares "são figuras chave para dar resposta à dupla premência que afronta o mundo de hoje: a melhoria da segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais".

Sendo a agricultura ainda um marco imprescindível no desenvolvimento desta área importa entender a relevância que a população agrícola familiar aufere. O universo da população agrícola familiar distribuiu-se pelas freguesias de Sintra de cariz rural e envolve 1.868 pessoas. Podemos constatar que a população agrícola familiar na área em estudo tem um peso muito relevante, cerca de 50%.

A maioria destes produtores agrícolas têm uma idade igual ou superior a 65 anos (como se expressa na figura 12), contudo e apesar de uma classe envelhecida e um setor agrícola pouco empreendedor, é cada vez mais notório o aparecimento de uma classe de jovens empresários agrícolas (como podemos observar na figura). Podemos destacar na Zona de Transição, o interesse na promoção de uma agricultura biológica, a revitalização da produção do vinho de Colares e produtos hortícolas tradicionais por parte de jovens agricultores e a implementação de práticas agrícolas sustentáveis.

¹³ Entende-se por população Agrícola familiar as pessoas que fazem parte do aglomerado doméstico do produto quer trabalhem ou não na exploração, bem como outros membros da família que, não pertencendo ao aglomerado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração (INE).

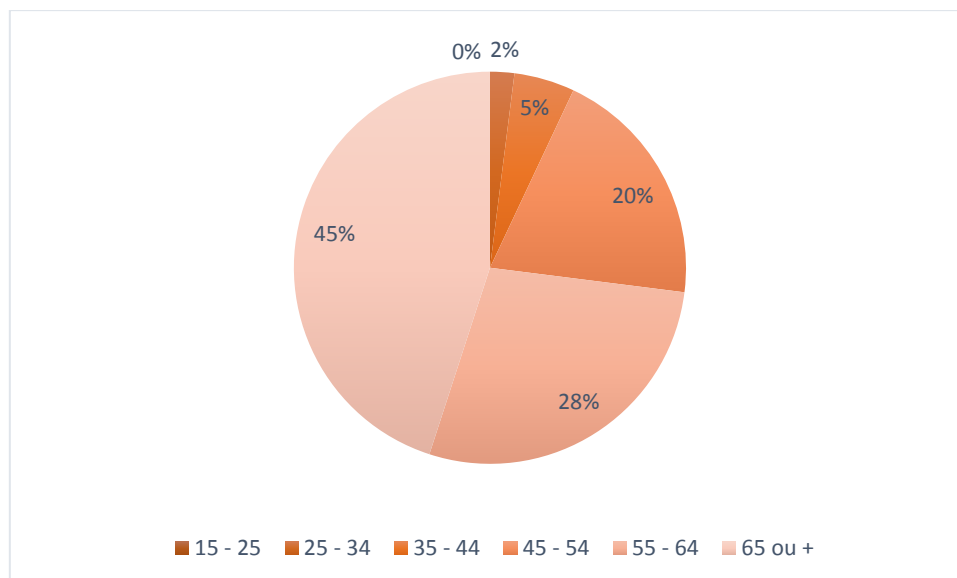


Figura 12 – Percentagem de produtos agrícolas na zona de transição por faixa etária

Fonte: Câmara Municipal de Sintra (2015). Elaboração própria.

No âmbito local, o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (de 8 de Janeiro, de 2004), prevê no Artigo 7.º da alínea i), “O apoio e o fomento do desenvolvimento sustentável através da promoção das atividades económicas tradicionais de base regional, nomeadamente a vinha de Colares (...)”.

A ZT pode-se dizer que se encontra dividida numa Área Litoral Atlântico Norte e outra área Interior Norte Agrícola. Ambas são áreas economicamente pouco ativas (a dinâmica populacional associa-se a estruturas sociais envelhecidas, com níveis de instrução relativamente baixos). Em ambas cresce um potencial derivado da presença de um património riquíssimo, natural, patrimonial, histórico e arqueológico, a exposição qualificada do território a uma diversidade de atividades do turismo como pretendo demonstrar ao longo do trabalho (Plano Diretor Municipal de Sintra: Tema 7 – Sistema Urbano (2014).

A partir de 1990, começou-se a verificar a expansão de aglomerados fora do corredor urbano de Sintra, sobretudo na chamada zona de transição, mais precisamente em São João das Lampas. Muito desta expansão advém da combinação da procura de segunda residência e também na deslocação de alguma população da zona urbana para a zona rural/ litoral.

Na Zona de Transição podemos identificar dez aglomerados populacionais¹⁴ com uma maior expressividade, como podemos observar no quadro 10. Sendo eles: São João das Lampas, Terrugem, Vila Verde, Magoito-Tojeira-Bolembre, Odrinhas, Assafora, Fontanelas, Pernigem e Praia das Maças/Azenhas do Mar. Foi necessário proceder a uma seleção dos lugares com potencial para que fosse possível identificar os aglomerados com maior relevância, considerando o fator de seleção simples: o efetivo populacional.

Quadro 10 – População Residente

Lugar	População Residente (nº)
Janas (Colares)	541
Odrinhas	549
São João das Lampas	703
Pernigem	829
Terrugem	890
Fontanelas	1261
Vila Verde	1334
Assafora	1503
Praia das Maças e Azenhas do Mar	1584
Magoito-Tojeira-Bolembre	2636

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015). Elaboração própria

4.2 Identificação dos recursos patrimoniais

Esta área em estudo apresenta um conjunto de potencialidades e recursos turísticos, nomeadamente ligado a um turismo de sol e mar e também de natureza e rural. Apesar de toda esta potencialidade, a atividade turística na zona de transição é escassa e com poucos reflexos em termos de benefícios económicos e sociais para a zona. As atividades resultam do aproveitamento das características da própria região. Desta forma, a dinamização do turismo poderá originar novos serviços e novas atividades empresariais, como pode ser constatado no quadro 11.

¹⁴ Segundo o INE “aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias”.

Quadro 11 – Atividades emergentes na ZT

Turismo	Atividades emergentes
Rotas turísticas	Visitas guiadas locais, espetáculos e atividades recreativas, transportes locais
Turismo Rural	Recuperação e valorização de habitações e outros edifício, festas locais, artesanato, embelezamento de espaços
Praias Oceânicas/Fluviais	Desportos náuticos, espetáculos/eventos, campismo
Património local	Circuitos turísticos e organizações de excursões de carácter local, recuperação e valorização do património histórico
Turismo de natureza/aventura	Campismo, atividades desportivas e vigilância da área protegida
Atividades transversais	Restauração e hotelaria, transportes

Fonte: Adaptado de Moura Santos (2002).

Neste ponto serão identificados vários elementos patrimoniais mais importantes na Zona de Transição, com potencial turístico para o desenvolvimento sustentável da área. A maioria destes recursos são conjuntos de edifícios de grande interesse e beleza, conjuntos naturais e paisagísticos de grande riqueza e um conjunto de bens patrimoniais com uma forte importância.

É apontado por vários documentos oficiais de política nacional, a importância do turismo como catalisador do desenvolvimento regional, capaz de dar resposta aos territórios rurais que se encontram fragilizados, periféricos e marginalizados. No Modelo de Desenvolvimento Territorial (2015) do concelho, podemos constatar que a zona de transição, chamada de “ruralidade atlântica” apresenta “uma faixa de elevado valor para o turismo da natureza e lazer” que se encontra subaproveitada.

Na ZT são vários os recursos patrimoniais que apresentam uma oportunidade de lazer e cultura, que poderão atrair visitantes. Em relação ao património turístico existente na zona de transição destaca-se o património identificado no quadro 12.

Quadro 12 – Património existente e com potencial no aproveitamento turístico na ZT

1- Estações/ Núcleos/ Vestígios Arqueológicos
Calçada e Ponte Romanas na Catribana
Monumento Pré-histórico da Praia das Maças
Povoado calcolítico da Pedranta
Sepultura Pré-histórica da Samarra
Ruínas de São Miguel de Odrinhas
Ruínas do antigo convento gótico do Carmo
Sítio Rupestre da Laje Erguida ou das Pedras Negras
Sítio Arqueológico do Alto da Vigia: Santuário consagrado ao Sol e à Lua e ao Culto Imperial
Conjunto Megalítico da Barreira/ Menires da Barreira
Jazidas neolíticas da Catribana
Jazidas Paleolíticas da Assafora e Magoito
Jazidas paleolíticas da Praia da Aguda
Fonte tardo-medieval da Cabrela
Necrópole Medieval de São João das Lampas
Vila Romana de Pernigem
Povoado Pré-histórico de São Mamede de Janas
Aldeia medieval da Mazanaria
Via Romana Assafora
Via Romana São Miguel de Odrinhas
Lapiás das Lameiras
Estação arqueológica de Faião
Estação arqueológica de Moinhos da Torre
Estação Arqueológica do Mato Tapado
Estação arqueológica das Ermidas
2 – Castelos/ Fortes:
Forte de Santa Maria do Magoito
Castelo de Catribana
3- Igrejas/Capelas/Ermida
Igreja Matriz de São João das Lampas
Igreja Matriz de São João Degolado
Ermida de São Miguel de Odrinhas
Ermida do Espírito Santo
Ermida de São Mamede de Janas e necrópole
4- Museus
Museu Arqueológico São Miguel de Odrinhas;
5 – Património Natural
Duna Fóssil do Magoito
Duna Viva da Aguda
6- Praias Oceânicas/Fluviais
Praia das Azenhas do Mar
Praia das Maças
Praia da Samarra
Praia do Magoito
Praia da Aguda
Praia de São Julião
7- Grutas
Gruta da Arranchada
Fojo dos Morcegos

8- Miradouros
Praia da Aguda
Praia do Magoito

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015). Elaboração própria.

A identificação dos locais de interesse e atração turística na zona de transição, foram agrupados por: estações/núcleos/vestigios arqueológicos, castelo/fortes, igrejas/capelas/ermidas, museus e património natural, grutas e miradouros (quadro 12).

Através do levantamento de informação sobre os recursos patrimoniais existentes nos aglomerados já referidos na zona de transição (quadro 13), coloca Magoito-Tojeira-Bolembre em primeiro lugar, com 9 recursos patrimoniais de interesse e com uma maior diversidade. Segue-se Assafora/Catribana e Odrinhas, que apresentam igual número de recursos patrimoniais, nomeadamente estações/núcleos/vestigios arqueológicos, desde museus a calçadas e pontes romanas. Depois, com um número significativo de recursos temos São João das Lampas, onde foram contabilizados 6 recursos patrimoniais.

O aglomerado da Praia das Maças e Azenhas do Mar destacam-se logo de seguida, com a presença de 5 recursos patrimoniais com elevado interesse, nomeadamente duas das belíssimas praias pertencentes ao Concelho de Sintra. De seguida, com o mesmo número de recursos patrimoniais são Janas e Fontanelas.

Os aglomerados de Vila Verde, Terrugem e Pernigem revelam “pouco e/ou nada” a presença de recursos patrimoniais, com capacidade de atrair turistas Isto deve-se, sobretudo, por serem aglomerados ligados à atividade industrial.

Observa-se, portanto, a existência de uma oferta diversificada, que poderá ser potenciada para o desenvolvimento da ZT.

Quadro 13 – Recursos patrimoniais existentes por aglomerado

	1- ESTAÇÕES/NÚCLEOS/VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS	2- CASTELOS/FORTES	3- IGREJAS/CAPELAS/ERMIDAS	4- MUSEUS	5- PATRIMÓNIO NATURAL	6- PRAIA OCÉANICAS	7- MIRADOUROS
SÃO JOÃO DAS LAMPAS	3		2			1	
TERRUGEM							
VILA VERDE							
MAGOITO-TOJEIRA-BOLEMBRE	3	1	1		1	1	1
ASSAFORA/CATRIANA	4	1				2	
FONTANELAS	1				1	1	1
PRAIA DAS MAÇAS E AZENHAS DO MAR	3					2	
PERNIGEM	1						
ODRINHAS	5		1	1			
JANAS	3		1				
TOTAL	23	2	6		2	7	2

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015). Elaboração Própria.

4.3 Caracterização do alojamento turístico da Zona de Transição

Na ZT foi também realizado o levantamento das unidades de alojamento turístico existentes. A caracterização do alojamento turístico pode ser observada na figura 13.

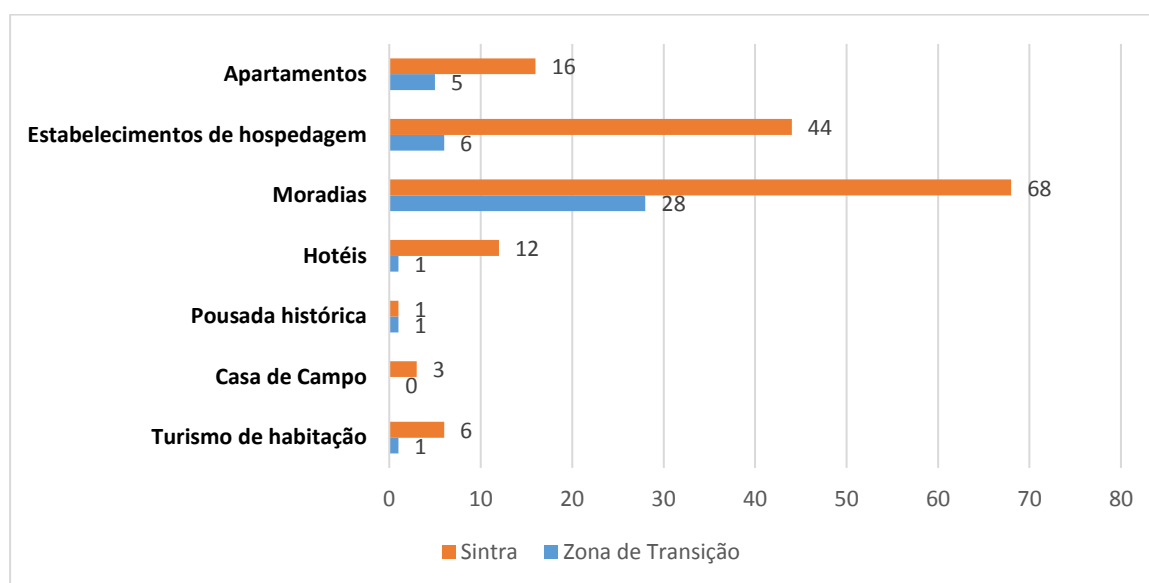


Figura 13 – Número de alojamentos turísticos

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015). Elaboração própria.

Dentro da ZT podemos observar quais os principais aglomerados que suportam o alojamento turístico (como podemos observar no quadro 14). Em aglomerados como a Praia das Maças e Magoito-Bolembre-Tojeira, o vasto património e a proximidade à orla costeira, constituem uma oportunidade para potencializar a atividade turística. Já em Colares, por exemplo, poderá estar associado a vertentes ligadas ao turismo de habitação/ turismo em espaço rural. Segundo a análise dos dados obtidos, é em Sintra (Vila e zona envolvente) que se encontra a maior oferta hoteleira, relevando a clara influência do património associado ao turismo. A ZT apresenta pouca oferta, tornado um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do turismo.

Quadro 14 – Alojamento turístico por aglomerados

	APARTAMENTOS	ESTABELECIMENTO DE HOSPEDAGEM	MORADIAS	HOTÉIS	TER – CASA DE CAMPO
SÃO JOÃO DAS LAMPAS			1		
TERRUGEM		1			
VILA VERDE					
MAGOITO-TOJEIRA- BOLEMBRE			8		
ASSAFORA					
FONTANELAS					
PRAIA DAS MAÇAS E AZENHAS DO MAR	3	2	9	1	
PERNIGEM					
ODRINHAS					
COLARES	2	3	10		1

Fonte: Plano Diretor Municipal de Sintra (2015). Elaboração Própria.

5. Contributos para uma proposta de sustentabilidade para a ZT

5.1 – Análise SWOT

A análise SWOT propõe a identificação simplificada dos principais pontos fortes e pontos fracos as oportunidades e as ameaças/riscos. Esta análise desempenha um papel crucial na análise do território e pode ser considerada com um instrumento importante na compreensão das dinâmicas que cada lugar oferece. A partir daqui, são lançadas as bases essenciais para o desenvolvimento de medidas que, com base nas oportunidades e forças procurará amenizar as fraquezas e ameaças verificadas.

Através desta análise é possível permitir uma leitura de contexto mais rápida e simplificada dos fatores que constituem forças, fraquezas, ameaças e oportunidades para a área em estudo. Assim, ao percebermos um ponto forte na análise, devemos destacá-lo ainda mais; quando percebemos um ponto fraco, devemos agir de forma a controlá-lo ou, pelo menos, minimizar o seu efeito. Já no que diz respeito ao ambiente externo (Ameaças e Oportunidades), apesar de não podermos controlá-lo, podemos identificá-lo, procurando aproveitar as oportunidades da maneira mais eficiente, e evitar as ameaças enquanto possível (quadro 15).

Quadro 15 – Análise SWOT da Zona de Transição no domínio do turismo

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">• Riqueza e diversidade do património cultural, paisagístico e cultural• Gastronomia e vinhos (ecoturismo)• Orla Costeira natural com potencial para praticar atividades turísticas, de lazer e ócio• Condições especiais para suporte de atividades turísticas diversificadas ligadas à sustentabilidade (por exemplo, turismo rural, turismo de natureza, turismo ligado ao sol e mar)• Elevada percentagem da área ocupada por áreas agrícolas• Classificação como Património Mundial (UNESCO)• Património identitário existente na zona	<ul style="list-style-type: none">• Pouca oferta de alojamento turístico• População envelhecida• Dificuldade em fixar população mais jovem e mais instruída• Perda de força decorrente da dispersão urbana• Falta de inovação e empreendedorismo local

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Maior valorização e qualificação da oferta do património cultural, permitindo a dinamização do sector turístico em vários segmentos • Estabelecimento de novas rotas turísticas; • Desenvolvimento de atividades compatíveis com os recursos patrimoniais • A riqueza patrimonial poderá ser um contributo para dinamizar o setor turístico da área • Crescente procura por um turismo com práticas sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Despovoamento; • Envelhecimento; • Abandono do espaço rural; • Alterações climáticas na Orla Costeira; • Proximidade da zona a rotas turísticas com grande procura, nomeadamente a Vila de Sintra, Cascais e Lisboa; • Pouca divulgação e conhecimento do património que se encontra na área de transição • Quase nula atenção das entidade públicas para o potencial da ZT

5.2- Definição estratégica: uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica – Sintra 2030

Depois de toda a pesquisa e análise efetuada que permitiu a síntese de informação acerca das potencialidades e fragilidades deste território, foi possível definir os objetivos e ações estratégicas para dinamizar a ZT. As propostas visam moderar as ameaças e fraquezas apresentadas, de modo a criar um equilíbrio entre a sustentabilidade e o turismo.

A definição estratégica apresentada compreende medidas que influenciam o desenvolvimento sustentável da ZT, com base no património local existente. Desta forma, foi traçado um caminho que servirá para explorar as potencialidades existentes e não aproveitadas. Para atingir as diversas metas, serão consideradas várias ações estratégicas.

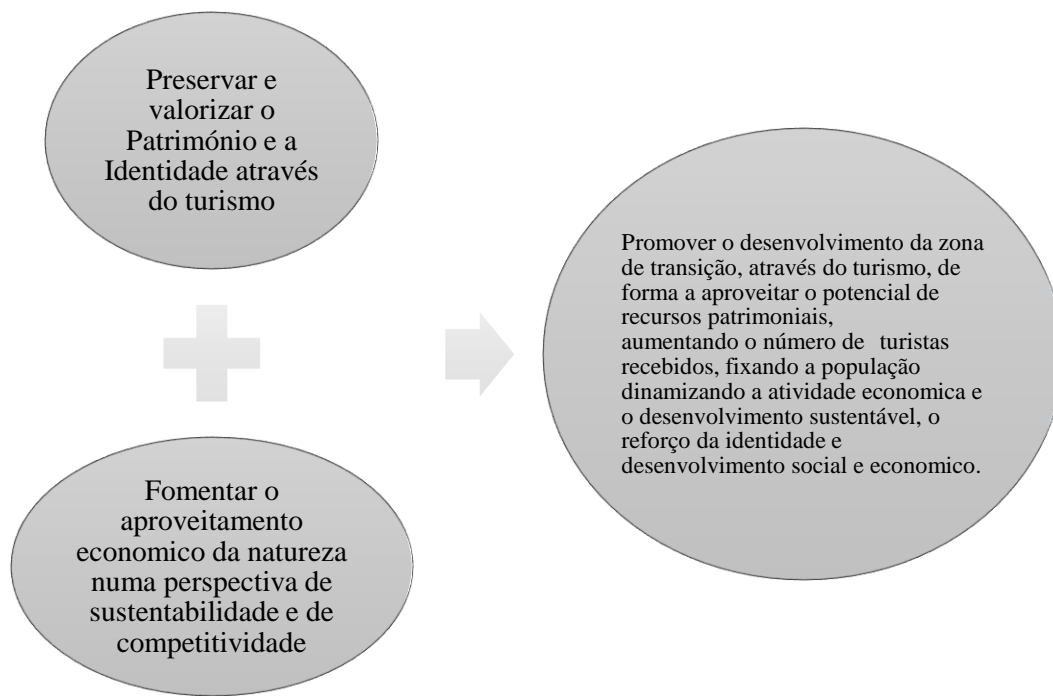


Figura 14 – Definição estratégica para a ZT

Fonte: Elaboração própria

5.2.1 – Linhas de atuação

A visão apresentada na figura 14 são o caminho lógico para a estratégia de implementação da proposta de sustentabilidade para a zona de transição. São várias as linhas de atuação estratégica que precisam de ser atingidos para a concretização deste objetivo de desenvolvimento local sustentável. Desta forma, apresentam-se as seguintes linhas de atuação e conseqüente, as suas ações concretas de forma a conseguir atingir a missão estratégica:

- I. Valorizar e preservar do Património e Identidade: estabelecer políticas de visitantes aos locais naturais de carácter único. Identificar as principais ameaças de cada atividade turística a nível ambiental. Elaborar um plano/estratégia para a proteção da ZT de forma a controlar o turismo excessivo.
- II. Facilitar investimentos e/ou parcerias público-privadas de forma a otimizar a articulação entre o território, preservação da natureza e atividades turísticas.
- III. Promover a sensibilização para o comportamento responsável dos turistas de forma a promover o respeito pelo ambiente natural e cultural: aumentar a consciencialização ambiental, por parte dos seus visitantes, melhorando a capacidade de comunicação acerca da importância desta área.
- IV. Incentivar as populações e associações locais a participar nas atividades de promoção do património.
- V. Enquadrar estratégias a longo prazo que promovam a competitividade e viabilidade do sector turístico presente na ZT.
- VI. Aumentar a oferta cultural e criação de novas rotas turísticas: as rotas/itinerários, aproveitariam o património riquíssimo da ZT, interligaria vários pontos e vários aglomerados, podendo até envolver a população local na sua organização. Desta forma, as rotas iriam estimular o território, incrementar e difundir a identidade cultural. Com a criação de rotas era mais um motivo para atrair turistas e reter a sua estada. Melhorar a experiência do turismo, aumentando a qualidade de oferta das experiências turísticas e apoiar a produção de produtos artesanais e gastronómicos tradicionais.

- VII. Criar mais unidades de alojamento de turismo na ZT: para que se possa desenvolver um turismo de natureza e/ou um turismo rural na zona de transição é necessário que exista alojamento para que os visitantes pernoitem no local. Por exemplo, a requalificação de casas antigas seria uma forma de regenerar o espaço e ajudará ao combate da desertificação e decadência do tecido social e económico do local. Segundo Calado (2007) citando Costa, a recuperação e reabilitação de casas de carácter rural seria o suficiente para melhorar a atratividade turística.
- VIII. Estruturar campanhas de marketing territorial: esta medida teria como principal objetivo criar uma imagem atrativa e de qualidade. De forma a afirmar pontos de referência no público-alvo. Assim seria possível associar “Sintra” a algo mais que a própria Vila. A criação de um website, seria essencial para divulgar de uma forma mais atual e rápida, disponibilizando informação completa e estruturada de acordo com as opções de cada visitante (por exemplo, turismo rural, turismo ligado ao sol e mar, etc.). Desta forma seria possível atrair potenciais turistas.

As linhas de atuação apresentadas, deverão ser incentivadas/ suportadas pelo Gabinete do Património Cultural, no contributo das suas missões/competências, já que a Zona de Transição integra a classificação.

5.3 – Circuitos e Rotas Turísticas

A configuração da ZT, no que respeita ao património encontrado, tem um potencial para influenciar a trajetória de desenvolvimento socioeconómico que, pode contribuir para a reconfiguração da ZT na área classificada de Património Mundial.

Após uma análise sobre a informação acerca dos recursos patrimoniais na ZT, em conjunto com as leituras e análises efetuadas, será possível apresentar uma proposta sociogeográfica, tendo como principal objetivo a valorização dos recursos patrimoniais locais, criando condições para que esta área se torne um espaço de lazer e turismo. Assim é proposta a criação de duas rotas que incluem os aglomerados que apresentarem maiores potencialidades de valorização. A criação das duas rotas turísticas diversas, conta também com o propósito de salvaguardar o património local e permitindo o desenvolvimento económico e social das populações envolventes. As rotas que são propostas configuram os trajetos:

1. Praia das Mações e Azenhas do Mar/Magoito-Tojeira-Bolembre / Assafora-Catribana.
2. Janas/Odrinhas/Fontanelas/São João das Lampas.

A escolha destas duas rotas tem em conta as potencialidades de cada aglomerado e a forma como serão capazes de gerar projetos de interesse para o seu desenvolvimento. Nunca esquecer que a utilização e aproveitamento destes recursos devem ser feitos de uma forma sustentável. Para chegar até aos locais de interesse, saliento a utilização de transportes públicos e percursos pedestres que são um excelente modo de conhecer o património natural e cultural dos aglomerados.

Rota 1: Praia das Mações e Azenhas do Mar/Magoito-Tojeira-Bolembre / Assafora-Catribana

Esta rota compreende, um turismo associado ao sol e mar, sobretudo ligado às belíssimas praias que estes aglomerados apresentam e toda a sua envolvência. Propõe-se então, um roteiro que venha apostar nas atividades praticadas em mar (por exemplo: surf). Começando-se pelas Azenhas do Mar, este aglomerado surpreende pela sua situação geográfica, com as casas a descerem em cascata pelo declive da arriba até ao mar. Esta antiga aldeia de pescadores, tornou-se nas últimas décadas um local de inspiração para muitos pintores, como por exemplo Júlio Pomar¹⁵. Um dos grandes destaques seria a piscina oceânica que faz as delícias de todos os seus visitantes. Ainda no ano 2017, esta localidade candidatou-se às maravilhas do país na categoria de aldeias do mar.

Descendo um pouco para sul, encontramos a Praia das Mações, que apresenta um extenso areal, proporcionando a prática de desportos de praia, pelo que podemos observar que é bastante frequentada por adeptos de desportos aquáticos, como o caso do bodyboard e surf que podiam estar também aliados a esta rota. Em torno da praia, é possível verificar comércio, desde restaurantes, cafés e bares, bem como casas de artesanato local. Ainda possui uma piscina de água salgada, parque infantil e zona para piqueniques. No outro extremo da praia, existem lajes/rochas onde é possível a pesca de recreação/recreativa/desportiva. Para além da praia, um dos atrativos deste aglomerado é o passeio de elétrico, que faz o circuito desde o Museu de Arte Moderna de Sintra, passa por Colares e termina na praia das Mações (que seria um bom meio de transporte para ser utilizado na rota).

Rota 2: Janas/Odrinhas/Fontanelas/São João das Lampas

¹⁵ No site “Sintra Romântica”.

Esta rota apresenta-se mais ligada ao turismo rural e de natureza, os aglomerados que dele fazem parte localizam-se para o interior do Concelho de Sintra.

Começando pelo aglomerado Odrinhas, podemos encontrar o museu arqueológico de São Miguel de Odrinhas que remonta as suas origens, a meados do século XVI. Nessa época, em torno da ermida local surge uma importante coleção de inscrições romanas, oriundas dos campos e aldeias circundantes. Este museu esteve ao abandono durante séculos, mas em 1955 a Câmara Municipal de Sintra entendeu construir ali uma pequena casa que abrigasse tão significativos monumentos. Hoje a coleção lapidar atinge mais de quatrocentas peças, desde moedas, objetos cerâmicos, líticos, metálicos, etc. De carácter mais rural, Fontanelas é uma bonita aldeia de características saloias onde os habitantes vivem da agricultura e da pesca. Seguindo mais para norte, encontramos a freguesia de São João das Lampas onde se sugere a visita a duas igrejas, a igreja Matriz de São João Degolado e a igreja de São João das Lampas.

A figura 15 representa os pontos essenciais a serem visitados em ambas as rotas turísticas acima descritas.



Figura 15 – Rotas turísticas

6. Conclusão

O presente relatório de estágio contribuiu com uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica ligada aos recursos sol, mar, praias e biodiversidade para a zona de transição em Sintra, classificada pela UNESCO e, nesse sentido, reconhece a importância do turismo sustentável enquanto estratégia de preservação e valorização do património e desenvolvimento local. Ao longo da elaboração do relatório foi possível analisar vários documentos, nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Sintra, e esclarecer os conceitos-chave que abriu caminho para uma melhor compreensão da zona em estudo.

Com este trabalho é evidente que a zona de transição tem bastante riqueza e diversidade de património cultural, paisagístico e cultural, o que poderá contribuir de forma eficaz para o desenvolvimento integrado da área. A sua orla costeira que apresenta grande potencial para praticar atividades turísticas e de lazer em associação com o interior mais rural esquecido dão suporte à proposta apresentada neste relatório de estágio.

Os elementos anteriormente referidos possibilitam a continuidade territorial que atualmente é pouco evidente, permitindo encontrar no desenvolvimento económico o suporte e o financiamento necessário para a conservação da paisagem. Para que exista um equilíbrio entre a sustentabilidade e o turismo foi necessário traçar uma estratégia que aproveitasse o potencial existente na ZT, aumentando assim o número de turistas, fixando a população, dinamizando a atividade económica e o desenvolvimento sustentável, interligando assim, a preservação e valorização do património e a identidade local.

Contudo, e apesar de considerar que se comprova o valor e a atratividade do território em estudo, ao longo do estágio, relevaram-se inúmeras limitações que dificultaram o seu estudo, nomeadamente, a dificuldade em obter dados estatísticos acerca da área em estudo. É, importante salientar o longo caminho que deverá ser percorrido para que este território que consiga afirmar como um produto turístico sustentável.

Com este relatório pretende-se também, incentivar os diversos agentes com novas propostas e investigações para o futuro, devido ao potencial desta área que só precisa de ser “explorado”. No que diz respeito a investigações futuras, será importante aprofundar o conhecimento sobre a ZT. O presente estudo poderá também servir de referência a futuras investigações relacionadas com o tema das rotas que incluam a zona de transição, dando mais valor ao seu património e população. Para que tudo isto seja possível, é importante a cooperação entre diversos atores e instituições, sobretudo o gabinete do Património Cultural de Sintra da CM, para que esta área se desenvolva de uma forma sustentável.

7 – Bibliografia consultada

- Abreu, C. (2004). *Ética e Paisagem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Batista, D. (2010). *Turismo, contributo para o desenvolvimento sustentável das áreas protegidas (Vol.I)*. Tese de Mestrado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa.
- Bernardes, C. (2012). *As Linhas de Torres Vedras, um destino turístico estratégico para Portugal*. Tese de Doutoramento pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa.
- Bramwell, B. e Lane, B. (1993). Sustainable Tourism: An Evolving Global Approach. *Journal of Sustainable Tourism*.1, 1-5.
- Burnay, J. (2000). *Turismo de Natureza*. Ciclo de Debates. Livro de Actas do Seminário Turismo e Natureza – Perspectivas de Intervenção. Portugal: IFT.
- Butler, R. W. (1995). Tourism, Environment and Sustainable Development. *Environment Conservation*, Vol. 18, pp. 201 – 209.
- Butler, R. (1999). Sustainable Tourism - A state of the Art Review. *Tourism Geographies*, 1, 7-25.
- Butler, R. W. (2002). *The development of tourism in frontier regions: Issues and approaches*. In S. Krakover e Y. Gradus (Eds.), *Tourism in frontier areas*. Lexington Books.
- Câmara Municipal de Sintra (2014). *Diagnóstico Social do Concelho de Sintra. Dinâmicas Demográficas e Habitacionais*. Sintra: CMS.
- Câmara Municipal de Sintra (2014). *Relatórios de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra* – (consultado em 18 de Maio de 2017
http://www.cmsintra.pt/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=140:pdm-relatorios-diagnostico)
- Câmara Municipal de Sintra (2015). *Plano Director Municipal*. Sintra: CMS.
- Careto, H. e Lima, S. (coord.) (2006). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável, 1*. Lisboa: Geopta.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *Uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu*. Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2003). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu*. Bruxelas.

- Comissão das Comunidades Europeias. (2006). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *Uma política de turismo europeia renovada: Rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa*. Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias. (2007). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo*. Bruxelas.
- Choi, H. e Sirakaya, E. (2006). *Sustainability indicators for managing community tourism*. Tourism Management. Vol 27.
- Costa, P. (2016). *Turismo e Governança Urbana em Lisboa – Estratégias, Políticas e Perspectivas*. Tese de Doutoramento pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa.
- Donadieu, P. e Périqord, M. (2007). *Le paysage*. Paris: Armand Colin, 2007.
- Estratégia Turismo 2027. (2017). Turismo de Portugal (consultado em 14 de Fevereiro de 2018: www.estrategia.turismodeportugal.pt)
- Fernandes, J. M. (2003). *Dinâmicas de Desenvolvimento, Territórios e Áreas Protegidas - breve reflexão para o caso Português*, In Caetano, Lucília (Coord.). Coimbra: Centro de Estudos Geográficos.
- Gaspar, J. (2001). O Retorno da Paisagem à Geografia. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*. Vol XXXVI, pp.83-99.
- Hall, C. M. e Lew, A. (1998). *Sustainable tourism*. Essex: Prentice Hall.
- Hall, C.M. e Page, S. J. (1999). *The Geography of Tourism and Recreation: Environment, place and space*, London: Routledge.
- Henriques, B. E. (2003). *Cultura e território: das políticas às intervenções: estudo geográfico do património histórico-arquitetónico e da sua salvaguarda*. Tese de doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Hunter, C e Green, H. (1995). *Tourism and the Environment: A Sustainable Relationship?* London: Routledge.
- Instituto da Conservação da Natureza. (2003). *Relatório do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais*. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. (2008). (consultado em 8 de Novembro de 2017: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/rmap>).

Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Censos 2001*. Lisboa: INE.

Jacobs, M. (1991). *The Green Economy*, London: Pluto Press.

Leví, M. (2012). *O Turismo e Desenvolvimento Sustentável, Contributos do Turismo de Natureza no Desenvolvimento do Parque Nacional da Gorongosa*. Tese de mestrado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Middleton, V. T. C. e Hawkins. (1998). *Sustainable Tourism: A Marketing Perspective*, Oxford, Butterworth-Heinemann.

Gabinete do Plano Diretor Municipal, da Câmara Municipal de Sintra (2015). *Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sintra*. (consultado em 28 de Outubro de 2017: http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/PDF/consulta_publica/revisao_pdm/documentos-consulta/MDT/Modelo-de-Desenvolvimento-Territorial_Relatorio.pdf).

Moniz, A. (2006). *A Sustentabilidade do Turismo em Ilhas de Pequena Dimensão: O caso dos Açores*. Tese de Doutoramento pela Universidade dos Açores.

Neves, F. (2009). *Turismo Sustentável e Ecoturismo em Zonas Costeiras, Estudo: Barra e S. Jacinto*. Tese de Mestrado pelo Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Queirós, M. (2007). Agenda 21 Local: Auto-Organização, Cooperação e Inteligência Descentralizada. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*. Lisboa, vol. XLII.

Queirós, M. (Coord.), Caetano G. (2012). *Agenda 21 Local de Agualva. Recriando o Sentido de Lugar e de Comunidade*. Agualva-Cacém: Junta de Freguesia de Agualva, pp. 1-65.

Câmara Municipal de Sintra (2014). *Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.

Rodrigues, S. (2012). *Turismo sustentável em destinos rurais: o papel dos residentes*. Tese de Mestrado pelo Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Sauer, C.O. A morfologia da paisagem. 1925. In: Rosendahl, Z: Corrêa, Roberto Lobato, *Paisagem, tempo e cultura*, Rio de Janeiro: Ed, UERJ, 1998.

Silva, Carlos. (2000). *Áreas Protegidas em Portugal: Que papel? Conservação versus desenvolvimento*. Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – U.N.L.

Silvano, M. J. M. (2006), *O Turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do parque Natural de Montesinho*, Tese de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo pela Universidade de Aveiro.

WCED, 1987. *Our Common Future*. World Commission on Environment and Development (WCED) (1987). Oxford University Press.

Turismo de Portugal, I. P. (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Horizonte 2013-2015*.

Anexos

Anexo 1. Diário de atividades no Gabinete (extrato):

Início do Estágio

Fevereiro 2017

Semana 1:

- Pesquisa bibliográfica (acerca do tema sustentabilidade na perspetiva sociogeográfica e o conceito de desenvolvimento sustentável).
- Redação do índice
- Redação de alguns objetivos gerais
- Resumo dos artigos lidos acerca da temática sustentabilidade social

Semana 2:

- Início do enquadramento teórico
- Tomar notas sobre a metodologia
- Síntese dos objetivos
- Pesquisa sobre programas que estejam a ser desenvolvidos na CMS
- Lista de programas que estão a ser desenvolvidos por parte da CMS
-

Março 2017

Semana 3:

- Leitura do Modelo de Desenvolvimento Territorial de Sintra
- Pesquisa sobre a temática “Cidades Sustentáveis 2020”
- Proposta de índice de enquadramento teórico

Semana 4:

- Proposta de objetivos
- Traçar o plano de investigação
- Ver eixos da integração urbano –rural
- Ver a zona de transição e quais os seus aglomerados

Semana 5:

- Reformulação da metodologia
- Leitura da informação dada pela orientadora de estágio
- Seleção da informação mais pertinente
- Leitura de documentos (leitura do Plano Diretor Municipal de Sintra)

Semana 6:

- Pergunta de partida

- Objetivos (formalização)
- Continuação da construção do índice do enquadramento teórico
- Continuação do enquadramento teórico

Abril 2017

Semana 7:

- Diagnóstico das freguesias em estudo, com base na revisão do PDM, do diagnóstico demográfico e habitacional da CMS e do INE
- Evolução ao longo dos anos

Semana 8:

- Síntese dos pontos fracos e dos pontos fortes
- Continuação do diagnóstico
- Possíveis perguntas de partida

Semana 9:

- Compartimentação da paisagem
- Pergunta de Partida (continuação)
- Ver aglomerados
- Património histórico (levantamento)
- Ver indicadores que estiveram na origem da divisão de cada unidade territorial

Semana 10:

- Leitura dos relatórios de diagnóstico
- Pontos essenciais

Mai 2017:

Semana 11:

- Leitura dos documentos referidos
- Fazer uma breve reflexão acerca da pesquisa já efetuada

Semana 12:

- Pesquisa sobre o Parque Natural Sintra-Cascais
- Pesquisa acerca da temática paisagem cultural e património
- Realização do 1. Capítulo do relatório

Semana 13:

- Realização das questões de investigação;
- Questões de investigação
- Caracterização do Concelho

Semana 14:

- Caracterização profunda sobre a área em estudo (demográfica e económica)

Semana 15:

- Consulta sobre as políticas nacionais e internacionais que visam a sustentabilidade
- Pesquisa sobre a classificação da UNESCO

Junho 2017

Semana 16:

- Análise do territorial, nomeadamente SWOT
- Breve reflexão acerca da estratégia a ser implementada
- Possíveis financiamentos
- Linhas de atuação

Anexo 2

Levamento dos Bens culturais com interesse patrimonial – Património Arqueológico:

A União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem detém 26% de bens culturais – património arqueológico.

Nome	Tipo	Lugar	Freguesias
Jazidas Paleolíticas da Assafora	Jazida	Assafora	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica de Mato Tapado	Villa	Assafora	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Cabeço dos Sete Moios	Villa	Assafora	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Fojo dos Morcegos	Gruta	Assafora	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica das Ermidas	Villa	Assafora/Ermidas	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Povoado calcolítico da Pedranta	Povoado	Assafora/Samarra	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação proto-histórica da Arriba da Samarra	Vestígios de superfície	Samarra	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Sepultura Pré-histórica da Samarra	Necrópole	Assafora/Samarra	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica de Cortesia	Vestígios diversos	Cortesia	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole da Igreja de Nossa Senhora da Consolação	Necrópole/ Vestígios diversos	Assafora	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Casal de Pianos	Povoado	Casal de Pianos	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Jazida Neolítica da Catribana	Vestígios de superfície	Catribana	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Castelo de Catribana	Povoado	Catribana	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole Romana do Castelo de Catribana	Necrópole	Catribana	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Sítio Rupestre da Laje Erguida ou Pedras Negras	Sítio Rupestre	Magoito (Incimas)	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Jazidas Paleolíticas do Magoito	Vestígios de superfície	Magoito	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole medieval e tardo-medieval da Igreja Paroquial de S João das Lampas	Necrópole	São João das Lampas	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Estação Arqueológica das Pedras Negras	Mancha de ocupação	Bolelas	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica da Amoreira	Via e Necrópole	Amoreira	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica das Pedras de Ouro	Habitat	Amoreira	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Funchal/Marco Geodésico	Habitat	Funchal	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Faião	Habitat, Necrópole e Vestígios diversos	Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Epipaleolítica da Praia do Magoito	Concheiro	Magoito	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação proto-histórica da Praia do Magoito	Vestígios de superfície	Magoito	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole do Pinhal dos Cochós	Necrópole	Magoito	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole Romana dos Espadanais	Necrópole	Magoito	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Jazidas Paleolíticas da Praia da Aguda	Vestígios de superfície	Praia da Aguda	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Ruínas da Ermida de Nossa Senhora do Ó da Pernigem	Ermida	Pernigem	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Villa Romana da Pernigem	Villa	Pernigem	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole Medieval da Igreja de São Sebastião da Terrugem	Necrópole	Terrugem	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole da Igreja Matriz de São João Degolado	Necrópole	Terrugem	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Povoado do Alto do Montijo	Povoado	Fervença	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Fonte tardo-medieval da Cabrela	Fontanário	Cabrela	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Cadastro antigo a Noroeste da Assafora	Cadastro	Assafora	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Via romana litoral Mafra-Lisboa	Via	Cortesia, Areias, Amoreira, Cabrela, Montelavar	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem e Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar
Via Romana Assafora-Catribana	Via	Assafora Catribana	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Albergaria de Bolelas	Edifício	Bolelas	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica de Comadelas	Villa	Assafora	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Forno Medieval de Casal de Pianos	Forno	Casal de Pianos	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueol. do Faião: Cerrado das Cebolas/Hortas do Chafariz	Termas	Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Faião: Olheiro/Cerrado da Porta	Vestígios de superfície	Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Faião: Terra Grande/Pedrões	Necrópole	Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Faião: Zaviais	Vestígios de superfície	Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Faião: Currais Velhos	Igreja visigótica	Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Faião: Eiras	Necrópole	Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole Romana do Almarjão	Necrópole	S. Miguel de Odrinhas / Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Habitat dos Espadanais	Habitat	Magoito	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Casal do Sequeiro	Casal Agrícola	Casal do Sequeiro	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Casal das Bombacias	Casal agrícola	Bombacias	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Sepultura de Armés	Sepultura	Armés	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Encosta das Sacheiras	Vestígios diversos	Assafora	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Casal da Fervença	Casal	Fervença	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Via Romana São Miguel de Odrinhas - Faião	Via	Odrinhas	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole do Cerrado das Torres - Casal de Planos	Necrópole	Casal de Planos	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Vestígios Romanos do Pombal/Camalhão - Casal de Planos	Habitat e Necrópole	Casal de Planos	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Sítio Arqueológico da Parede Bem Feita-Casal de Planos	Habitat e Necrópole	Casal de Planos	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação calcolítica de Outeiros - Casal de Planos	Habitat	Casal de Planos	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Igreja de São Miguel de Odrinhas	Igreja	Odrinhas	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Funchal: Fonte Velha	Habitat	Funchal	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica de Armés	Villa e Necrópole	Armés	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas	Vestígios diversos	São Miguel de Odrinhas	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Lapiás das Lameiras	Habitat	Lameiras	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Faião: Pedregal	Vestígios vários	Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica de Alvarinhos: marco Geodésico	Habitat	Alvarinhos	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Funchal: Estação Neolítica	Vestígios de superfície	Funchal	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Necrópole Romana do Fetal - Casal de Planos	Necrópole	Casal de Planos	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Estação Arqueológica do Faião: Penedo Gordo		Faião	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Ponte do Casal do Zambujal	Ponte	Casal do Zambujal	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Ermida do Espírito Santo	Ermida	São João das Lampas	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Sítio da Fachada	Grutas artificiais	Fachada	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
------------------	--------------------	---------	--------------------------------------------------------

Bens culturais com interesse patrimonial – Património Arquitetónico:

Casal de Fervença	Arquitetura Vernacular	Habitação	Fervença	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Casal de Pianos	Arquitetura Civil	Edifício	Tojeira	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Casal saloio de Bolelas	Arquitetura Vernacular	Habitação/Produção	Bolelas	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
-------------------------	------------------------	--------------------	---------	--------------------------------------------------------

Chafariz da Terrugem	Arquitetura Pública e Administrativa	Chafariz	Terrugem	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
----------------------	--------------------------------------	----------	----------	--------------------------------------------------------

Cruzeiro de base Manuelina	Arquitetura Religiosa	Cruzeiro	São João das Lampas	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
----------------------------	-----------------------	----------	---------------------	--------------------------------------------------------

Cruzeiro de São Miguel de Odrinhas	Arquitetura Religiosa	Cruzeiro	São Miguel de Odrinhas	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
------------------------------------	-----------------------	----------	------------------------	--------------------------------------------------------

Ermida da Santa Susana	Arquitetura Religiosa	Ermida	Santa Susana	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
------------------------	-----------------------	--------	--------------	--------------------------------------------------------

Ermida do Espírito Santo	Arquitetura Religiosa	Ermida	S. João das Lampas	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
--------------------------	-----------------------	--------	--------------------	--------------------------------------------------------

Fonte da Sapina	Arquitetura Pública e Administrativa	Fonte	Odrinhas	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
-----------------	--------------------------------------	-------	----------	--------------------------------------------------------

Fonte do Funchal	Arquitetura Pública e Administrativa	Fonte	Funchal	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
------------------	--------------------------------------	-------	---------	--------------------------------------------------------

Fonte dos Coxos	Arquitetura Pública e Administrativa	Fonte	Cortesia	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
-----------------	--------------------------------------	-------	----------	--------------------------------------------------------

Forno de Cal de Magoito	Arquitetura Industrial e Comercial	Forno de Cal	Magoito	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
-------------------------	------------------------------------	--------------	---------	--------------------------------------------------------

Forte de Santa Maria	Arquitetura Pública e Administrativa	Fonte	Magoito	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
----------------------	--------------------------------------	-------	---------	--------------------------------------------------------

Igreja da Nossa Senhora da Esperança	Arquitetura Religiosa	Igreja	Fontanelas	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Igreja da Nossa Senhora da Consolação	Arquitetura Religiosa	Igreja	Assafora	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem
Moinho de São João das Lampas	Arquitetura Industrial e Comercial	Moinho	São João das Lampas	União das freguesias de São João das Lampas e Terrugem